Valor ECONÓMICO

11 de Janeiro 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº241
Director-Geral
Evaristo Mulaza

OPINIÃO

Leão Perez, Economista

Os grandes desafios da banca em 2021

Pág. 19

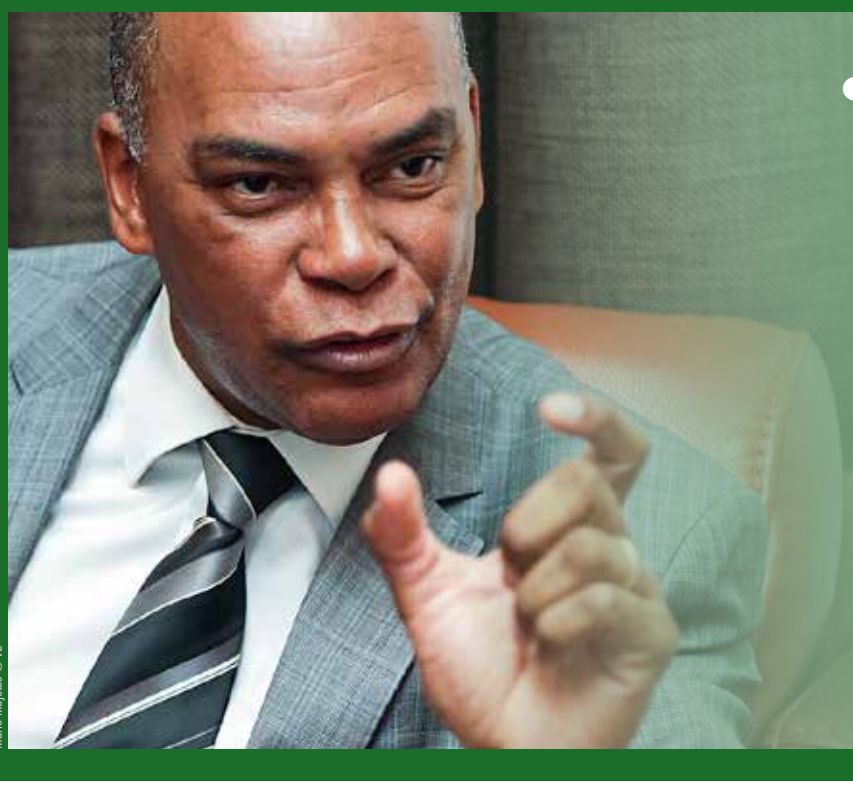
ROGER TAMRAZ

Empresário egípcio assegura 52,5% do Eurobic

Pág. 26

ADALBERTO COSTA JÚNIOR SOBRE O GOVERNO DE JOÃO LOURENÇO

"O Estado partidário está a usar os tribunais e a banca para limitar a Unita"



Mário Mujetes © VE

- O BPC recusa-se a dar quaisquer explicações [sobre as contas congeladas da Unita]
- Foram três anos [de João Lourenço] de incentivo à corrupção
- Fui alvo de várias tentativas de compra

Págs. 4 a 7

ACORDO DE 3,7 MIL MILHÕES

FMI 'larga' mais 487,5 milhões USD a Angola

Pág. 26

DP WORLD DO DUBAI ENVOLTA EM ESCÂNDALOS DE SUBORNOS

Governo entrega Porto de Luanda a empresa acusada de corrupção em vários países

Págs. 10 e 11

RIL 1 a 11 Dez (mil milhões USD) **1**: 8.547,89 **2**: 8.775,91 **3**: 8.680,50 **4**: 8.480,22 **7**: 8.795,85 **8**: 8.695,42 **9**: 8.359,06 **10**: 8.314,64 **11**: 8.331,87

Editorial

INCERTEZA, A PALAVRA DE ORDEM

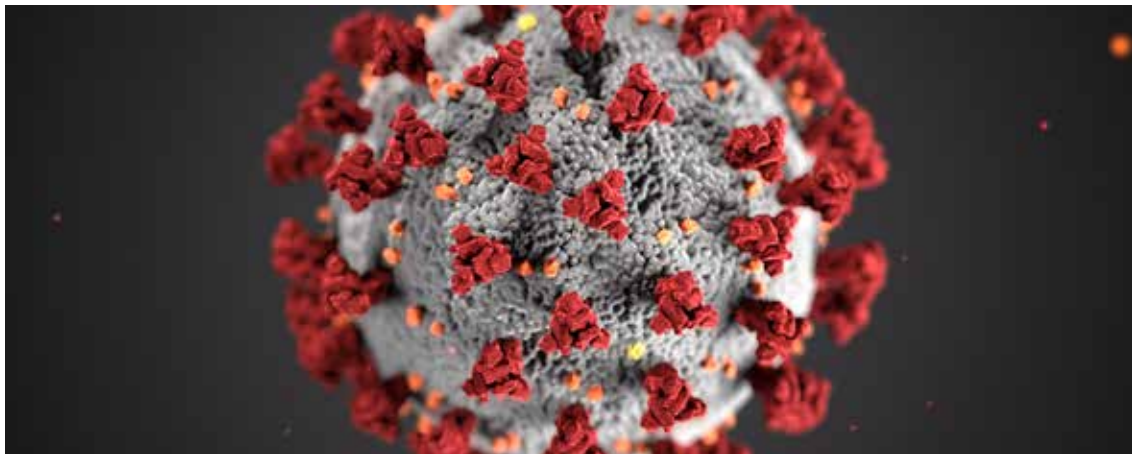
O ano que findou lembrou-nos uma lição poderosa sobre a fragilidade dos prognósticos. As expressões do dia-a-dia que refutam os exageros com que, muitas vezes, se valorizam as projecções assentaram como uma luva. Pelo negativo ou pelo positivo, ao fim de 2020, não houve um único prognóstico confirmado, porque, em termos macro, tudo ficou condicionado ao presente envenenado do novo coronavírus. Por razões objectivamente sanitárias, mas também por ganância económica e por descaramento político.

É inegável que o aparente desconhecimento generalizado sobre o novo coronavírus impunha prudência em excesso, nos primeiros meses de 2020. Mas não é menos verdade que, a partir de determinada altura, ficou claro que o insuportável peso da factura da covid-19 incluía, sobretudo, a ambição desmedida do poder económico e o oportunismo insolente do poder político.

Do lado económico, a voracidade do poder manifestou-se, particularmente, na manipulação grosseira e absurda dos preços. Apegados na desculpa do excesso da procura sobre a oferta, muitos encontraram justamente no desespero generalizado da população a oportunidade para exponenciarem os negócios e o património numa única sentada. Há até exemplos 'banais' que mostram esse gangsterismo económico e financeiro de forma expressiva. Como o facto de uma caixa com 50 unidades de máscaras cirúrgicas poder ser adquirida hoje por 3 mil kwanzas, quando já esteve acima dos 30 mil. Mas também há relatos mais densos como os que envolvem alegados contratos chorudos, na luta contra a pandemia com dinheiro público.

Do lado político, o aproveitamento mais visível foi, sem dúvida, a restrição de direitos fundamentais e a anulação de compromissos prometidos à população com juramentos e com a mão direita sobre a bíblia. A efectivação das autarquias, tão esperada em 2020, não aconteceu por causa da covid-19, a mesma doença que afecta apenas todo o mundo, incluindo os nossos próximos Namíbia e Cabo Verde que, entretanto, realizaram eleições autárquicas.

É neste quadro de despudor empresarial, de desvario financeiro, de descomprometimento político e de agitação social que entramos em 2021. E é precisamente este conjunto que enfatiza as incertezas e que nos aconselha a manter a esperança moribunda. Afinal, como defende Adalberto Costa Júnior, nesta edição, e tal como espelha o exclusivo sobre a empresa DP Word, acusada de corrupção nos quatro cantos do nosso planeta e que vai gerir o terminal do Porto de Luanda, ainda não se começou a corrigir o que está mal.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

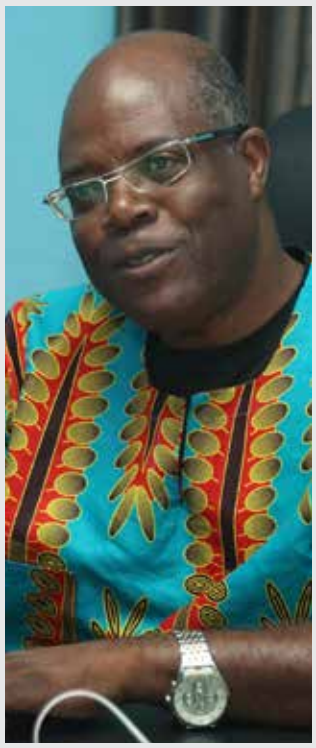
Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
Nº de Contribuinte: 5401180721
Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



DAVID MENDES,
deputado independente

A Angola beneficiou, recentemente, de uma doação de 20 milhões de euros da União Europeia, para responder à crise pandémica. Qual é a importância desta contribuição?
Esse dinheiro nada representa para um país com a dimensão de Angola.

Mas é sempre um apoio, não?
O Estado não precisa disso e até parece mesmo uma humilhação. Há outras fontes de rendimento das quais o país se deve socorrer, sem ter que passar por este ridículo. Receber um valor tão irrisório é falta de dignidade, para um Estado como o nosso.

Então acha que o Governo devia rejeitar a oferta?
Reitero que o Estado não precisa de 20 milhões. Aliás, o que vai fazer com tão pouco dinheiro? No meu ver, esse valor deveria ser canalizado para as igrejas e as organizações não- governamentais para potenciar pequenos projectos direccionados para os mais necessitados.

TERÇA-FEIRA 05

O Tribunal Constitucional considera "inconstitucionais" as normas da Lei sobre Identificação ou Localização Celular e Vigilância Eletrónica que atribui competências ao Ministério Público (MP) para ordenar, autorizar e validar escutas telefónicas e gravação em ambiente privado.

QUARTA-FEIRA 06

A Proposta de Lei que altera o Código Comercial é aprovada pelas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, com 25 votos a favor, zero abstenções e nenhum contra.

04

SEGUNDA-FEIRA O Ministério do Interior lança um concurso limitado por prévia qualificação para a recuperação/reabilitação da frota de helicópteros da Polícia Nacional, fora do território angolano, no valor de 28,4 mil milhões de kwanzas (35,2 milhões de euros).

QUINTA-FEIRA 07

Técnicos do Comércio afectos ao Gabinete para o Desenvolvimento Económico Integrado da província da Huíla iniciam uma formação para melhor manuseio do Sistema Integrado do Comércio Externo (SICOEX).

SEXTA-FEIRA 08

A Administração Geral Tributária avisa que os imóveis desocupados há mais de um ano e que não observam critérios de aproveitamento útil, durante três anos consecutivos ou seis interpolados, ficam sujeitos à tributação adicional de 50%.

SÁBADO 09

A Cedesa, centro de pesquisa de assuntos políticos e económicos, defende que a industrialização só avançará se não existir "corrupção massiva" e "barreiras de acesso aos mercados", com "justiça funcional" e "impostos razoáveis".

DOMINGO 10

O projeto FRESAN, financiado pela União Europeia, vai disponibilizar 14,6 milhões de euros para financiar projectos de organizações da sociedade civil angolana, de redução da pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, foi anunciado.

COTAÇÃO

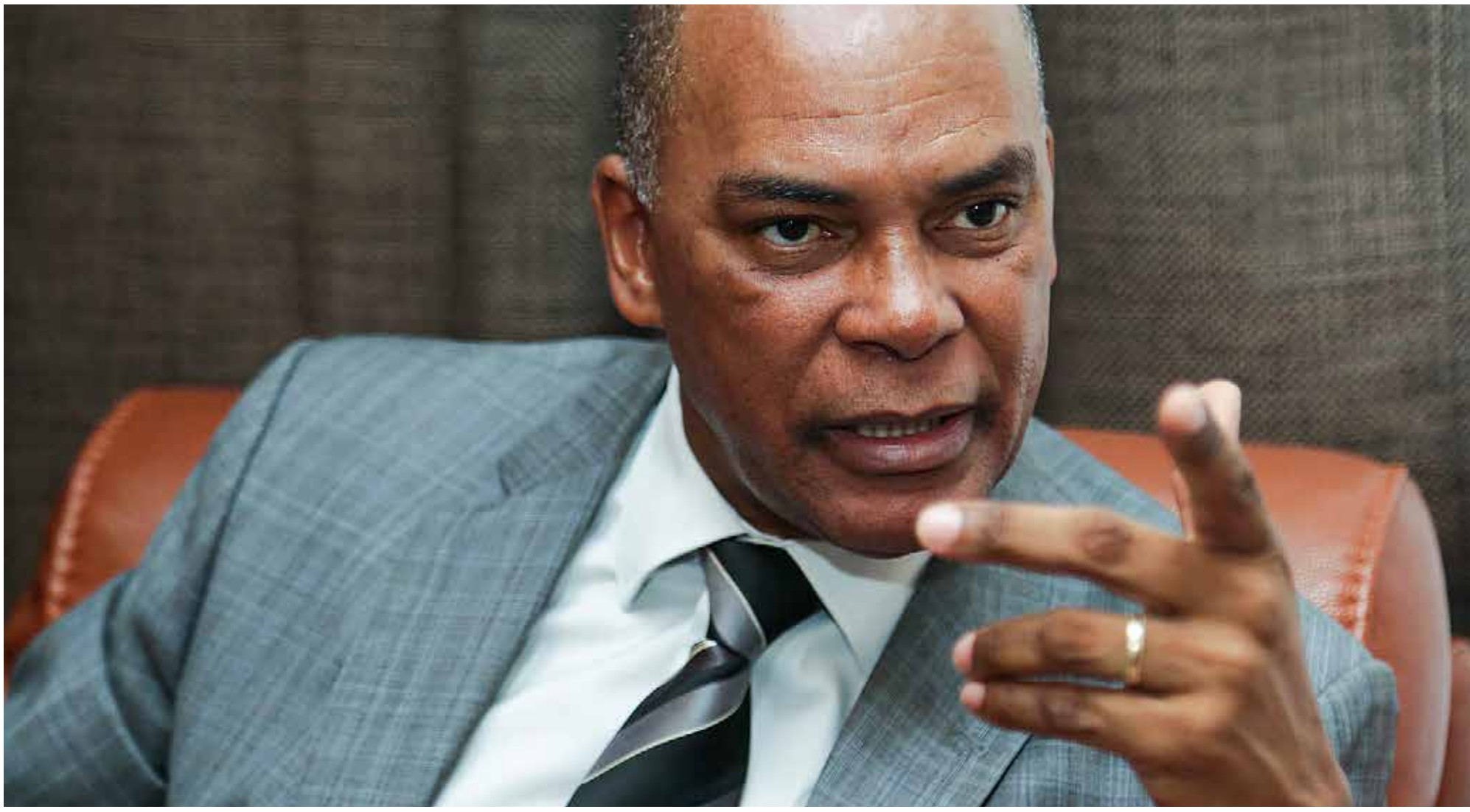
TRUMP ABALA ACÇÕES DAS TECNOLÓGICAS...

As acções do aplicativo Twitter caíram 10,64%, após banir o ainda presidente norte-Americano, Donald Trump, devido ao "risco de mais incitação à violência." Desde 2016, data em que Trump foi eleito, as acções da empresa tiveram crescimento de 160%. O Facebook, outra rede social que tomou a mesma decisão, teve perdas de mais de 3,6%. A gigante Apple não escapou ao impacto, registando queda de 2,27%.

PETRÓLEO SEGUE RAZOAVELMENTE...

O petróleo começou a semana com ligeiras quedas, depois de registar, na semana Passada, 8% de ganhos, o maior desde o ano passado. O brent, referência às exportações angolanas, começou a negociar a 55,62 dólares, verificando perdas de 0,7%. Já o WTI quedou 0,2%, ao negociar nos 52,13 dólares.

Entrevista



ADALBERTO COSTA JÚNIOR, PRESIDENTE DA UNITA

"Foram três anos [de João Lourenço] de incentivo à corrupção"

Líder da Unita não tem dúvidas de que, ao contrário de que o Governo quer fazer crer, os últimos três anos foram de incentivo à corrupção. Lembra que o Executivo tem optado pela contratação simplificada, beneficiando empresas próximas do MPLA. Crítico da forma como se está a gerir a recuperação de capitais, Adalberto Costa Júnior estende os ataques às instituições do Estado que estão nas mãos do MPLA.

Por Pedro Narciso

Que balanço faz dos três anos de governação de João Lourenço?
Foram três anos de incentivo à corrupção. Qualquer pessoa bem informada sabe que o maior 'bolo' de corrupção a nível mundial resulta da contratação pública incorrecta. Um estudo minucioso feito por nós, por meio da análise de todas as ordens administrativas assinadas pelo Presidente da República, publicadas em Diário da República, concluiu que, dos 137 casos de contratação pública, 107 foram de contratação simplificada. Com a agravante de as empresas beneficiárias serem de proximidade partidária.

Quem são os principais beneficiários?
A Omatapalo é a empresa que ganha toda a contratação simplificada. Meio mundo sabe que pertence ao governador da Huíla. Apesar de Luís Nunes ter suspendido a sua titularidade, como manda a lei, manteve a proximidade com dirigentes do MPLA. A Griner é outra empresa que goza desses privilégios.

E como tem visto a recuperação de capitais?

> *O Estado angolano foi sempre vocacionado a compras de personalidades e dirigentes com exposição extraordinária.*

Presidente da Unita diz que o partido apresentou em Dezembro uma queixa que deu entrada no Conselho Superior da Magistratura Judicial contra a juíza que instruiu o bloqueio da conta principal do Galo Negro.

Mário Mujetes © VE

Nas suas opções estratégicas, o Governo não apresentou nenhuma opção de recuperação efectiva de capitais que foram levados para fora. Na verdade, foi a Unita que levou ao Parlamento, pela primeira vez, em 2017, a Lei de Repatriamento de Capitais. Fê-lo depois da avaliação crítica de uma universidade credível do nosso país. Era uma luta para ser agendada e só foi levada em conta quando o MPLA conseguiu uma propostazinha – diante da nossa – para ser discutida em simultâneo. No entanto, o documento da Unita foi recusado. Esse dossier tinha soluções para a geração de emprego, diversificação da economia, entre outras preocupações.

Está a dizer que a recuperação de capitais fracassou?
Se perguntar pelo saldo do balanço do repatriamento de capitais, de certeza que não terá resposta. As duas únicas transferências para Angola só aconteceram por denúncias dos países depositários. Os 500 milhões de dólares do Reino Unido e os 900 milhões da Suíça, que, entretanto, ainda não foram transferidos.

Pelas suas últimas declarações públicas, fica-se com a ideia de que receia algumas instituições do Estado, principalmente a CNE..
Não tenho absolutamente receio nenhum. Quando muito, cabe-nos a nós partilhar realidades e fornecer cenários de melhorias. Por iniciativa da Unita, interpôs-se uma acção no Tribunal Supremo para invalidar a tomada de posse do presidente da CNE (Comissão Nacional Eleitoral), por falta de condições do exercício das suas funções. Foi um processo eivado de desconformidades, violações de complementos às condições de concurso e até acusações de corrupção num processo interno.

E...?
Estes episódios descredibilizam o próprio Estado. Como é que é dada a um homem contestado por todos os partidos políticos – e até por uma enorme franja da sociedade – a responsabilidade de fazer o exercício do apuramento da legitimidade da governação? Não analiso este procedimento como um sentimento de receio, mas sim como uma pretensão de funcionamento em legalidade plena.

E como analisa a frase do Presidente João Lourenço: "Não posso anular [as eleições autárquicas] que não convoquei"?
Não me parece sério vir a público dizer isso. João Lourenço não é novo na responsabilidade institucional do Estado, nem na do seu próprio partido. Para além de, em 2015, ter testemunhado, na qualidade de vice-presidente da Assembleia Nacional, a aprovação do conjunto de tarefas e leis para a realização das eleições gerais e autárquicas....

....Consigo como líder da bancada parlamentar da Unita...
Exactamente. Entretanto, como chefe de Estado, anunciou a realização das autárquicas em vários actos públicos, nomeadamente no Conselho da República do primeiro ano da sua governação, na sua primeira ida à Assembleia como Presidente angolano e no discurso do Estado da Nação em 2019. A isto chama-se comprometimento.

Não há condições por causa da covid-19, justificou Rosa Cruz, a porta-voz do Conselho da República...
Não há nenhuma razão para este adiamento, senão o medo político que o MPLA tem de partilhar o poder. A pandemia da covid-19 não serve de desculpa, na medida em que, a nível global, todos os países estão a cumprir os compromissos institucionais, excepto Angola.

E porquê as suas reservas?
Quando o grupo parlamentar do MPLA – que mais influência tem na agenda da Assembleia – não faz nada para agendar a conclusão do pacote legislativo autárquico, significa que é uma ordem da liderança do seu partido.

Nunca pensou que o seu partido pode ser o principal derrotado nas eleições autárquicas?
Qualquer eleição é para ser disputada num ambiente democrático. A vitória deve ser transparente e a derrota também e os dois resultados devem ser assumidos com transparência e pluralidade.

E, em caso de vitória, como é que a Unita está a pensar lidar com os municípios sob a sua alçada, que ainda deverão depender dos fundos do Governo central?
(Sorrisos) Esta abordagem dá a ideia de que os fundos do Governo central são do MPLA. Mas não são, apesar de o Estado partidário ser bloqueador.

Está desiludido com João Lourenço?
Tenho usado as vias que tenho ao dispor para apelar a uma melhoria. O Presidente da República não me desiludiu apenas a mim. Mas também à maioria dos angolanos, para quem apareceu como reformador, anunciando novos tempos, com plenas liberdades e uma imprensa plural, sem as famosas 'tesouradas'. Mas, ao fim de três anos, o resultado é vergonhoso.

(...)
Quatro televisões com gestores nomeados pelo próprio Estado a divulgar notícias sem contraditório e com servilismo. Ou o que aconteceu na TV Zimbo, que viu programas cancelados por criticar o director de gabinete do Presidente da República. Estamos a viver a censura na sua plenitude. Ninguém fica feliz ao ver a polícia disparar balas reais contra manifestantes. Ninguém fica contente ao ver decretos presidenciais aprovados à noite para impedir direitos constitucionais.

Percebe a continuidade de Edeltrudes Costa no cargo de director do gabinete do Presidente?
Indiscutivelmente, diante da publicação de documentos efectivos de contas bancárias milionárias, o director do gabinete de João Lourenço tinha de ser alvo de um competente processo de averiguação por parte dos órgãos competentes, para justificar os meios milionários. A decisão oposta implica a perda de credibilidade do Presidente da República, tanto a nível nacional, como internacional.

Tentaram comprar-me ainda antes da paz.

Não abdiquei do salário de deputado, como se noticiou nas redes sociais.

A Omatapalo é a empresa que ganha toda a contratação simplificada.

Está a acompanhar o julgamento do 'caso Grecima'?
Estes julgamentos são positivos, na medida em que permitem perceber que nada mudou.

Porquê?
Porque, ao mesmo tempo que provavelmente se investigou e, consequentemente, se extinguiu o Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (Grecima), agora, em julgamento, foi criado o Gabinete de Propaganda da Presidência da República. Esta última instituição – à semelhança do Grecima – é financiada com fundos públicos para pagar consciências de cidadãos chamados aos órgãos públicos – e não só – para falar bem do partido que governa.
O Estado angolano foi sempre um Estado vocacionado a compras de personalidades e dirigentes com exposição extraordinária foram sujeitos a este tipo de pressões.

Há quem defenda que a corrupção em Angola está em todo o lado, até na Unita.
Claro que não. Acha que nós somos governo? Acha que a Unita é gestora da coisa pública?

O papel do jornalista é fazer perguntas, por mais incómodas que sejam. A propósito, o senhor já recebeu alguma proposta por parte do MPLA?
Apesar de nunca ter estado no Governo, ao longo de muitos anos, fui alvo de várias tentativas de compra com muitos milhões de dólares colocados à mão, que terminantemente recusei.

Quem lhe fez a proposta e qual foi o valor?
Tentaram comprar-me ainda antes da paz. Pessoas que ainda hoje estão em instituições, algumas até foram à minha casa.

E os dirigentes da Unita que se passaram para o MPLA foram comprados?
Essa é a sua conclusão. Limitei-me a dizer que uma prática do regime é a compra de personalidades. Até porque a Unita tem respeito por aquelas pessoas que dizem que já não querem ser militantes. Recentemente,

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

houve um deputado que decidiu sair do grupo parlamentar da Unita.

Está a referir-se ao deputado David Mendes?
O comunicado que saiu foi extremamente educativo. Algo como, agradecemos o período que esteve connosco, tem pleno direito de não estar, muito obrigado.

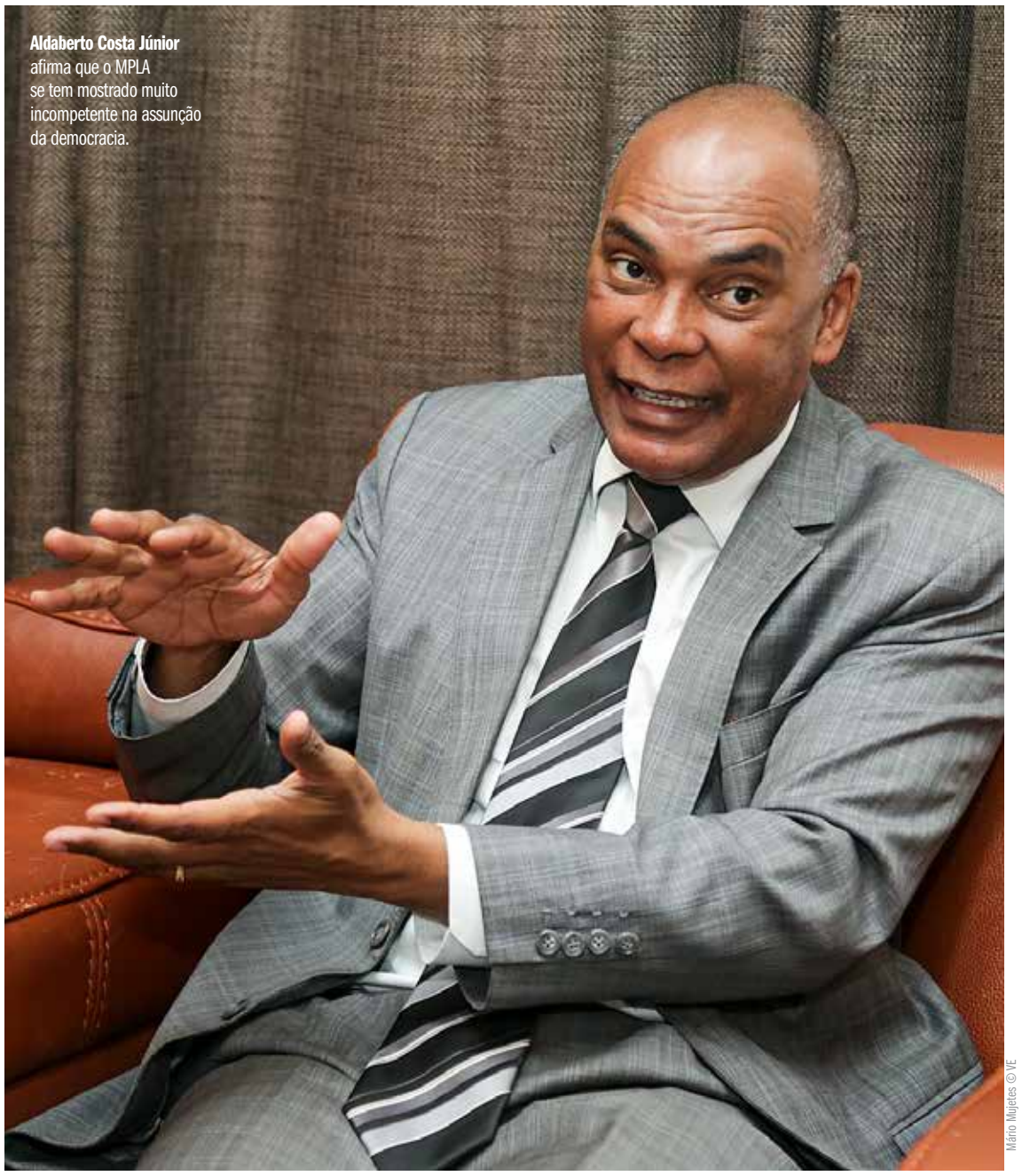
E a Constituição do Tribunal Constitucional é partidária, como disse o ex-bastonário da Ordem dos Advogados, Inglês Pinto?
(Risos) Não li, mas julgo a frase bastante interessante. O Tribunal Constitucional tem a responsabilidade excepcional de garantir o respeito pela Constituição, a lei-mãe, que pode ser mutável, mas as leis aprovadas devem ser plenamente respeitadas. Não tenho dúvidas de que, na formatação dos seus membros, há um peso excessivo de tendência de representatividade de um partido político. Na CNE, não há equilíbrio, mas antes uma representação maioritária absoluta de membros do MPLA. O mesmo acontece na Erca.

(...)
Quando as instituições, que garantem o bom funcionamento da democracia, respondem partidariamente, a democracia está em risco. Nós temos voz no sentido de encontrar uma outra modalidade, não de nomeação, mas de eleição desses membros.

A que nível?
Indicar um conjunto de personalidades, que a seguir se sujeitam à eleição de acordo com o seu perfil, em função da garantia de isenção.

Refere-se ao conceito de paridade?
Como em Cabo-Verde, onde os partidos com assento parlamentar têm direito a um representante na CNE e um ou dois organismos de equilíbrio têm indicação de um representante. O Presidente é eleito em função do perfil de isenção que pode representar, construindo, desta forma, um organismo que garanta os interesses de todos, para que as eleições anteriores não condicionem as seguintes.

Mas em Angola...
Em Angola, é o contrário: as representatividades dependem das percentagens obtidas nas eleições anteriores, o que condiciona permanentemente o nosso futuro. As maiorias de hoje condicionam a alteração destas maiorias para o futuro, razão pela qual se tem dificuldade em fazer alternância em Angola.



Aldaberto Costa Júnior afirma que o MPLA se tem mostrado muito incompetente na assunção da democracia.

Mário Mujetes © VE

Alguns membros do MPLA dizem que a Unita não tem condições para ser governo.
Não concordo a nenhum nível. Aliás, essas afirmações são só mais uma indicação – entre muitas outras já manifestadas - de que não se está preparado para olhar o outro como alguém em condições de poder fazer alternância. Não obstante, nos longos anos no poder, tem-se mostrado muito incompetente na assunção da democracia.

Quer citar alguns exemplos?
São muitos. Desde a corrida à presidência do partido sem candidaturas múltiplas, ao mais recente, flagrante e triste episódio, em que o bureau político desse partido decidiu intervir nas eleições da organização feminina, impondo apenas uma candidatura à liderança. A segunda candidata foi obrigada a desistir, sob pena de ser sujeita a processo disciplinar. Talvez isso seja bom para o MPLA, mas não para a democracia.

Continua a achar que a revisão da Constituição é uma prioridade?
Naturalmente. Apesar de a revisão de 2010 ter trazido reforços de alguns direitos, como as garantias de poderes cívicos e de cidadãos, trouxe, porém, outros aspectos que estão a ser altamente problemáticos para todos.

Exemplifique...
Nomeadamente, os poderes excessivos do Presidente da República. É decorrente dos poderes excessivos que há uma resolução do Tribunal Constitucional que limita a fiscalização da Assembleia. Quando um órgão de soberania fica limitado na sua acção regular, necessária para a estabilidade e bom funcionamento das instituições, o Estado deixa de funcionar na perfeição.

E qual é a sua opinião sobre as PPP?
Se queremos ter, a médio prazo, equilíbrio das contas públicas, é necessário, de facto, a redução do perímetro da intervenção do Estado e um funcionamento eficiente dos mercados. Mas a privatização tem de ser feita de forma transparente, por um lado. Por outro, numa primeira fase, as empresas fulcrais do país, a Sonangol e a Taag, por exemplo, não deviam ser privatizadas, pelo menos, na maioria do seu capital, para que a nossa soberania não se subordine aos interes-

Engenharia militar para reparações das vias terciárias e secundárias

Como analisa a diversificação da economia?
As receitas fiscais, com a exportação de petróleo, renderam ao nosso país aproximadamente 256 mil milhões de euros, de 2002 a 2014. Por outro lado, as receitas globais, incluindo os lucros das petrolíferas, ascenderam a 468 mil milhões de dólares no mesmo período. Portanto, não se fez, ate à presente data, a diversificação da economia por opção política e não por falta de meios.

Não acha que qualquer crítica é inútil se não tiver uma alternativa?
A Unita fá-lo-ia seguramente. Já leu a nossa partilha de um programa de governação para o país, lançado na campanha eleitoral?

Não li todo.
Então, leia. Verificará a importância do sector da agricultura, nomeadamente a familiar, como motor criador e gerador de escala para o conjunto da economia. Mais: o desafio de fazer dos dividendos dos recursos hídricos e demográficos um factor de oportunidade, mudança, desenvolvimento, transformação, crescimento sustentado, para que o país deixe de viver da importação.
O país tem de aproveitar essas potencialidades para elaborar uma estratégia de utilidade funcional, partilhada com um conjunto de parceiros internacionais em vários domínios.

A qualidade dos recursos humanos não é para aqui chamada?
Não temos nenhuma empresa angolana, depois de mais de 40 anos de cooperação com empresas estrangeiras – muitas das quais até posicionadas entre as melhores do mundo –, que tenha obtido conhecimentos necessários no sector da construção de barragens, de estradas, etc. Conhecimentos que hoje seriam usados para o desenvolvimento. Pelo menos, para reparações das vias terciárias e secundárias, devia profissionalizar-se o sector de engenharia das Forças Armadas, para um período específico, juntando-se ao extraordinário esforço do desenvolvimento do país.

Só haverá emprego (...) se o Governo, proporcionar um ambiente regulamentar adequado, atrelado a um clima favorável ao empreendedorismo, à inovação e à criação de emprego.

O património da Unita está ocupado por estruturas do Governo, do MPLA.

Não se fez (...) a diversificação da economia por opção política e não por falta de meios.

As empresas fulcrais do país, a Sonangol e a TAAG por exemplo, não deviam ser privatizadas, pelo menos, na maioria do seu capital.

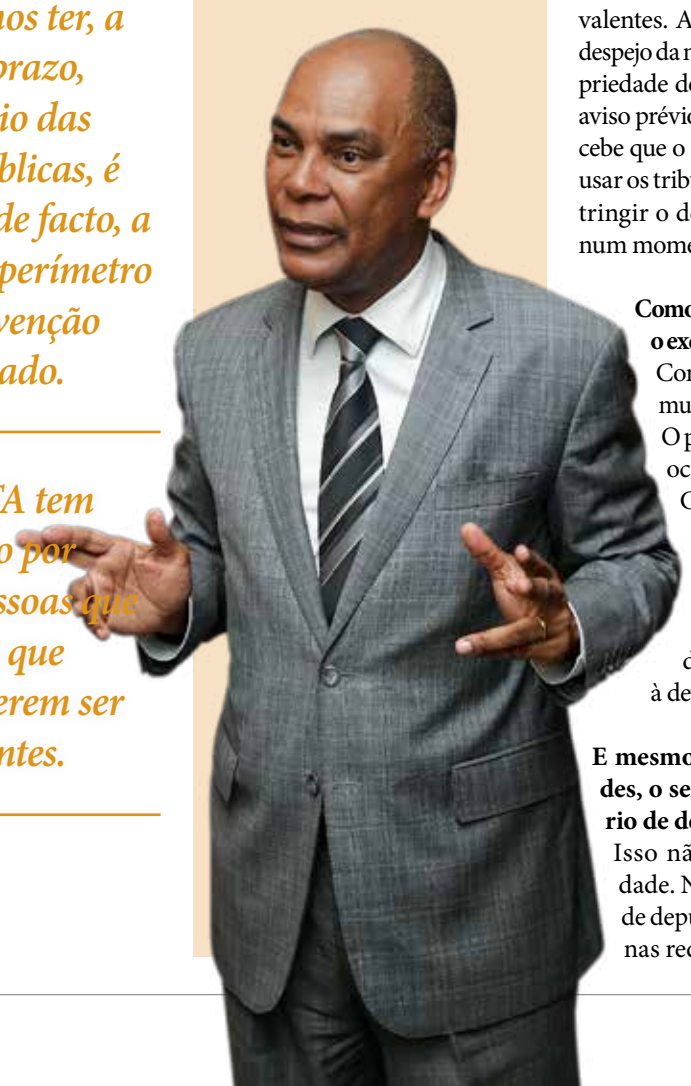
Se queremos ter, a médio prazo, equilíbrio das contas públicas, é necessário, de facto, a redução do perímetro da intervenção do Estado.

A UNITA tem respeito por aquelas pessoas que dizem que já não querem ser militantes.

Do seminário a candidato a PR

Em 1975, a seguir à Independência, nos anos de brasa da guerra civil, Adalberto Costa Júnior estudava Teologia no seminário do Quipeio, na Caála, Huambo. Como tantos jovens angolanos, fez a sua opção partidária pela mais forte razão que as guerras têm: juntou-se àqueles que detinham o poder na zona onde vivia. Nasceu em Quinjenje, um município, à época, de Benguela (hoje pertence ao Huambo). Entre os cargos que desempenhou na Unita, contam-se os de representante no Vaticano, Itália e Portugal. Foi ainda porta-voz, secretário para os Assuntos Patrimoniais e presidente do grupo parlamentar.

Aos 58 anos, Adalberto Costa Júnior, formado em Engenharia Electrotécnica, é o terceiro presidente da Unita. Lidera o partido, sucedendo a Isaías Samakuva, desde Novembro de 2019.



ses dos grandes grupos financeiros internacionais.

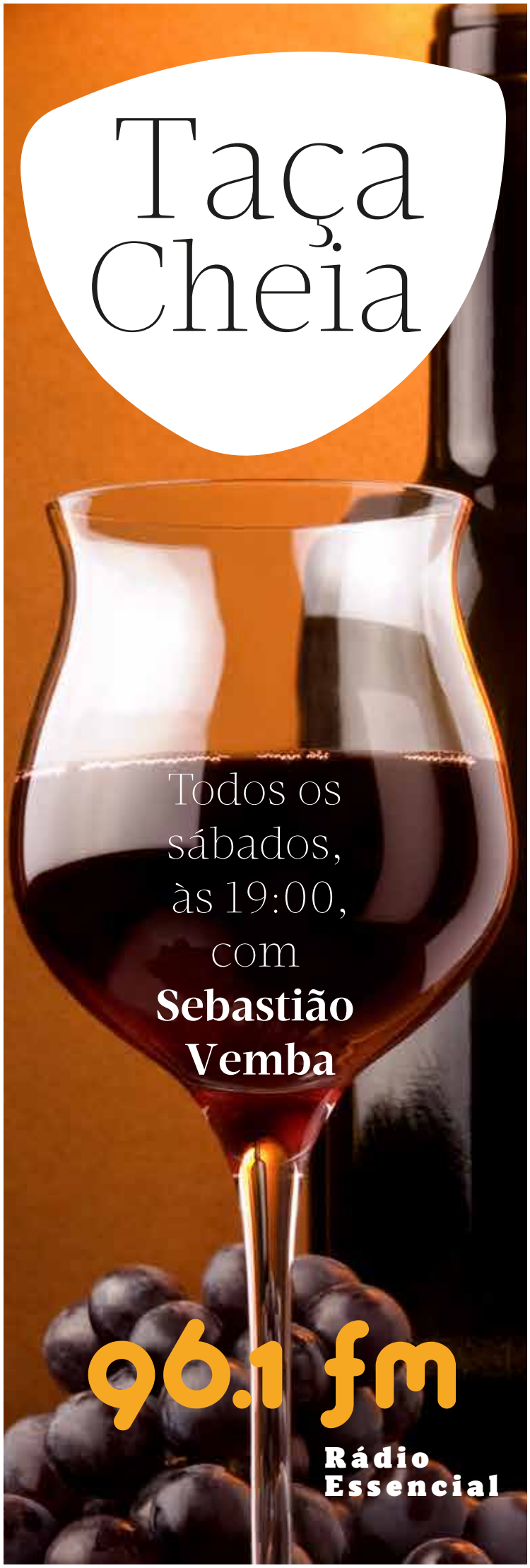
E concorda que privatizações vão trazer emprego, como se tem ventilado?
Ao contrário do que muitas vezes se faz circular, a economia de mercado e liberal não dispensa o poder do Estado, a quem compete garantir políticas que suportam a confiança entre os agentes económicos. Só haverá emprego, investimento e crescimento se o Governo, em vez de asfixiar a competitividade com regulamentações demasiado restritivas para as PME (Pequenas e Médias Empresas), a espinha dorsal de qualquer economia, proporcionar um ambiente regulamentar adequado, atrelado a um clima favorável ao empreendedorismo, à inovação e à criação de emprego.

O que se passa com as contas bloqueadas da Unita?
Apresentámos, em Dezembro, uma queixa que deu entrada no Conselho Superior da Magistratura Judicial contra a juíza que instruiu o bloqueio da conta principal do partido, em violação à lei, pois nunca fomos notificados. O BPC, onde está domiciliada a referida conta, recusa-se a dar quaisquer explicações.

!?
De um tempo a esta parte, temos enfrentado sucessivas decisões equivalentes. A última foi a ordem de despejo da nossa sede no Lobito, propriedade do partido, também sem aviso prévio. Um bom analista percebe que o Estado partidário está a usar os tribunais e a banca para restringir o desempenho partidário, num momento exclusivo.

Como é que a Unita está a fazer o exercício da acção política?
Com recursos da quota dos muitos militantes que temos. O património da Unita está ocupado por estruturas do Governo, do MPLA, bem como de instituições ligadas à política, às forças armadas, numa autêntica violação dos Acordos de Paz, que obrigam à devolução do mesmo.

E mesmo com estas dificuldades, o senhor abdicou do salário de deputado?
Isso não corresponde à verdade. Não abdiquei do salário de deputado, como se noticiou nas redes sociais.



Economia/Política

País integra o 'top 15' mundial.

NOVA APOSTA É A TRANSFORMAÇÃO EM AMIDO

Angola é o terceiro maior produtor de mandioca

Angola tem uma produção anual estimada em mais de 11 milhões de toneladas de mandioca, sendo o terceiro maior produtor de África, depois da Nigéria e o Gana, e quer agora apostar na sua transformação em amido.

Uma nota do Ministério da Indústria e Comércio refere que o Executivo está apostado em criar programas de aproveitamento e agregação de valor à produção de mandioca, através da Direção Nacional de Desenvolvimento do Comércio Rural.

A estratégia visa criar programas específicos de aproveitamento da mandioca, através da promoção da produção desta raiz, bem como na criação de incentivos à compra, transformação e consumo dos vários subprodutos derivados da mandioca.

Colocado no 'top 15' mundial de produtores da mandioca, o Executivo vê, nessa condição do país, "uma excelente oportunidade para tirar vantagens dessa realidade", segundo a nota, que aponta o Brasil como o campeão na transformação da mandioca, realidade que já chegou a Moçambique e que "aos poucos" vai chegando a Angola.

Em Angola, além do aproveitamento da mandioca para a produção da fuba (farinha) de bombó, uso mais comum, o Governo vai incentivar, este ano, a sua transformação em amido, promovendo o surgimento de pequena e média indústria no meio rural, para a sua consequente exportação em grande escala. A China é, desde logo, o principal importador mundial.

O maior produtor, a Nigéria, está actualmente a liderar um projecto de uso do amido de mandioca para o fabrico de fibra biodegradável em substituição do plástico nas embalagens, o que constitui também um desafio para Angola.

O assunto foi analisado hoje numa reunião do conselho de direção do Ministério da Indústria e Comércio, quando avaliava o ponto de situação sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural.

DEZEMBRO DE 2020, FACE A 2019

Importação de cesta básica recua 39%

O país registou uma redução acima dos 39% na importação de produtos da cesta básica e outros bens essenciais em Dezembro de 2020, face ao período homólogo de 2019, recuando dos 250 para os 152 milhões de dólares.

O Ministério do Comércio e Indústria justifica os números com o aumento da produção, sobretudo com a crise pandémica.

No quadro comparativo, destaca-se a redução na importação do açúcar, que passou de 2,1 milhões de toneladas, em 2019, ao custo de 17,6 milhões de dólares, para 1.472 toneladas, ao custo de 831.121 dólares.

A importação de arroz corrente, de 136.985 toneladas, no valor de 37,2 milhões de dólares, em 2019, passou, em 2020, para 59.505 toneladas, no valor de 10,5 milhões de dólares.

Sobre o valor desembolsado para a importação do arroz corrente, a directora nacional do Comércio Externo, Augusta Fortes, citada numa nota informativa do Ministério da Indústria e Comércio, referiu que se justifica, à semelhança do valor gasto com a importação de óleo de palma, porque serve de matéria-prima para alguma indústria, nomeadamente a cervejeira e a de produção de leite condensado.

Em 2019, Angola importou 46.820 toneladas de óleo de palma, por mais de 22 milhões de dólares, enquanto, em 2020, foram importadas 264.863 toneladas, no valor de 21,7 milhões de dólares.

Relativamente ao frango, registou-se uma redução em 2020, comparativamente ao período homólogo, com a importação, em 2019, de 46.385 toneladas, por 51,5 milhões de dólares, para 32.447 toneladas, por mais de 25 milhões de dólares.

O ministro da Indústria e Comércio sublinhou a redução considerável, relativamente aos restantes produtos que compõem a cesta básica, face a igual período de 2019.

Para Victor Fernandes, "os números reflectem as muitas oportunidades que o mercado ainda oferece para investimentos, sobretudo na indústria transformadora".

MUITOS ANOS
A CELEBRAR
CONSIGO

2020 foi um ano de muitos desafios mas, juntos, sempre juntos, mostrámos a nossa força e vamos celebrar mais um Natal com os nossos Clientes!

O Banco BIC e o BIC Seguros, desejam-lhe Festas Felizes!

BIC Seguros
Seguramente juntos

www.bicseguros.ao | www.bancobic.ao

BancoBIC
Crescemos Juntos

Mário Mujetes © VE

GOVERNO ENTREGA PORTO DE LUANDA A EMPRESA DO DUBAI SUSPEITA EM VÁRIOS PAÍSES

DP World: um mundo de acusações de suborno e corrupção

ESCÂNDALO. Argélia, Senegal, Iémen, Brasil, Djibuti e Ucrânia são alguns dos países em que a DP World responde por corrupção, suborno e lavagem de dinheiro. Nos EUA, foi acusada de ter ligações com os radicais islâmicos. É esta empresa que vai gerir o porto de Luanda, nas próximas duas décadas, por decisão do Governo.

Por Emídio Fernando

O Governo entregou a gestão do Terminal Multiusos (TMU) do Porto de Luanda à DP World, uma empresa que enfrenta várias acusações de corrupção e suborno, em vários países africanos, do Médio Oriente e da América Latina. Além de ter enfrentado uma forte contestação nos EUA, com alegações de que "colaborava com o terrorismo islâmico". A DP World ainda surge na lista de empresas que promovem branqueamento de capitais, elaborada pelo Consórcio de Jornalistas Internacional, que ficou conhecido como o processo 'Panama Papers'.

O maior escândalo internacional, que envolve a operadora do Dubai, surge no Senegal, que levou à condenação de Karim Wade, ex-ministro das infra-estruturas e de outros pelouros e filho do antigo presidente Abdoulaye Wade. Em 2014, Karim Wade e um amigo de infância, Mamadou Pouye, foram condenados a cinco anos de prisão efectiva pelo Juízo de Repressão de Enriquecimento Ilícito, um tribunal especializado de combate à corrupção. Os dois surgem na investigação de Panama Papers por terem criado empresas fictícias unicamente para negociar com a DP World a gestão de Porto de Dakar. Criaram as empresas em offshore Seabury, Regory Invest e Latvae. Assinaram um primeiro contrato com a DP World em 2008, por mais de oito milhões de dólares. Num segundo contrato, em 2013, de acordo com o tribunal, receberam da empresa do Dubai três milhões de dólares, logo na assinatura. Ao longo dos anos, com os negócios com a DP World, Karim Wade e o amigo teriam acumulado uma fortuna calculada em 210 milhões de dólares. A empresa Seabury tinha negócios apenas com a operadora do Dubai, as outras duas eram subcontratadas pela Seabury. Karim Wade cumpriu dois anos de prisão, foi amnistiado pelo presidente do Senegal e encontra-se no exílio no Catar.

De 2008 a 2018, os portos da Argélia estiveram sob investigação, resultando em mais de 200 processos. Em alguns deles, aparece, à cabeça, a DP World, que ficou com a concessão, por 30 anos, da gestão do porto que estava nas mãos da Autoridade Portuária de Argel. O acordo permitiu a criação da DP World Djazair, uma 'joint-venture' argelina. A empresa está sob alçada da justiça. É acusada de contrabando e transferências ilícitas de moeda estrangeira, em que o terminal portuário de Argel é usado como porta de saída. A equipa de gestão de uma das fornecedoras da DP World foi detida. A acusação estendeu-se a funcionários

ANGOLA ESTÁ A TENTAR mudar a forma como se relaciona com os parceiros, de acordo com a ministra das Finanças, Vera Daves, salientando que "pedir emprestado é uma opção", mas o objectivo é que o futuro "priorize o investimento directo".

do terminal de contentores, fiscais e encarregados administrativos.

DESVIOS NO IÉMEN, SUBORNOS EM DJIBOUTI

A DP World foi fundada em 1999, no Dubai, e o primeiro projecto foi implantado em Jeddah, na Arábia Saudita, em parceria com a South Container Terminal, que rapidamente lhe proporcionou a oportunidade de se instalar em Djibuti, na Índia e na Roménia. As boas relações com os sauditas alargaram os contactos. Foi assim que chegou ao Iémen, em 2008. Neste país, ficou com a concessão para gerir os terminais de contentores de Aden e do Porto de Ma'alla. Mas durou pouco. Um ano depois, a Autoridade Suprema Anti-Corrupção movia um processo à DP World, acusada de deliberadamente desviar navios com destino ao Dubai. O Conselho de Ministros revogou o contrato, alegando "graves irregularidades", entre elas, ter falhado a ampliação do terminal de contentores de Aden. Em 2012, a DP World cedeu a sua participação a empresas iemenitas.

Mais aceso tem sido o braço-de-ferro no Djibuti. A DP World ficou com a gestão do terminal de contentores de Doraleh, por 30 anos. Mas o próprio governo acusou a empresa de ter pago subornos e de ter dados benefícios financeiros ao então presidente da Autoridade Portuária. O contrato foi rescindido em 2008 e, em 2016, o processo transitou para o tribunal arbitral de Londres.

DO BRASIL À CORRUPÇÃO 'EM CASA'

No Brasil, as ligações da DP World não escaparam a denúncias de corrupção que envolveram o antigo presidente Michel Temer, através da Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport), que detém o maior terminal portuário multi-modal do Brasil. A Embraport aparece envolvida no processo 'Lava Jato'. A DP World tinha uma participação de 33,4% na operadora brasileira. Em 2017, comprou os restantes 66,6% à Odebrecht e transformou a empresa. Passou a ser DP World Santos e criou um código de conduta anti-corrupção e anti-suborno, com directrizes específicas a todos os trabalhadores, desde administradores aos funcionários com responsabilidades mais modestas.

O código de conduta não funcionou no próprio Dubai, a sede da empresa. Uma ex-gerente, de 29 anos, foi condenada a 18 meses por ajudar, em troca de subornos, a ganhar projectos. Outros processos envolveram ainda um gerente da Jordânia, um director do Egipto, um libanês a trabalhar no Dubai e uma síria.

Em Maio do ano passado, as autoridades ucranianas prenderam vários funcionários públicos, acusados de terem estabelecido uma vasta rede de corrupção, tendo como origem a autoridade portuária de Yuhzny. A investigação detectou actos de corrupção em 30 concursos públicos que terão gerado mais de um milhão de dólares aos suspeitos. A gestão do porto está nas mãos da DP World.

"AMIGA" DO TERRORISMO

Nos EUA, a empresa do Dubai enfrentou uma verdadeira guerra política e diplomática que até envolveu o presidente George W. Bush. Tudo começou em 2006, quando a DP World comprou a norte-americana Peninsular & Oriental Steam Navigation por quatro mil milhões de dólares. Rapidamente, ganhou a gestão dos portos de Nova Iorque, Nova Jersey, Baltimore, Nova Orleães e Miami e ficou com outras operações em 16 portos. A imprensa norte-americana garantia que a empresa gastou fortunas em 'lobby' (actividade permitida nos EUA), numa lista em que surgia o ex-senador Bob Dole e antiga secretária de Estado, Madeleine Albright.

No entanto, mal o negócio ficou concluído, as autoridades lançaram um alerta: havia riscos de segurança. Os serviços de inteligência da Guarda Costeira dos EUA obrigaram o Congresso a reagir. O congressista Duncan Hunter, presidente do Comité de Serviços Armados, descreveu a empresa do Dubai como estando "associada a grupos terroristas, num momento em que a segurança portuária é claramente insuficiente". O relatório, citado por Hunter, garantia que a agência tinha encontrado "sinais claros da influência de grupos terroristas – como a Al Qaeda – sobre as principais autoridades e agências do Dubai", em que a DP World "não escapava". Mesmo com a oposição do presidente dos EUA, a empresa do Dubai sentiu-se obrigada a vender as suas operações a empresas norte-americanas.

Depois de ter comprado uma operadora britânica, a DP World tornou-se na quarta maior empresa do mundo em gestão de portos. Em Dezembro, um ano depois de ter sido lançado um concurso público internacional, o Governo adjudicou-lhe a concessão, por 20 anos, do Terminal Multiusos (TMU) do Porto de Luanda. Na justificação da concessão, o Ministério dos Transportes considera a proposta da empresa a "que melhor serve o interesse público". A DP World vai pagar mil milhões de dólares. Os primeiros 150 milhões deverão pagos no acto da assinatura do contrato.

Um paraíso para a corrupção

Nos relatórios internacionais sobre transparência, o Dubai aparece como um dos cinco maiores paraísos para actos de corrupção e lavagem de dinheiro. Os Emirados Árabes Unidos nunca foram conhecidos por serem um modelo na transparência financeira e, por isso, encontram-se na 'lista negra' dos paraísos fiscais. Uma das estratégias dos Emirados passa por conquistar a gestão dos portos em todo o mundo. E o Dubai é a cidade perfeita para criar empresas 'gigantes'. O porto da cidade, construído na década de 1970, abriga mais de cinco mil empresas, de 120 países. É o maior porto artificial e o nono maior do mundo. Foi daqui que nasceu a Dubai Port World (DP World), em 1999, que rapidamente se tornou uma referência na gestão de portos em todo o mundo. Gere mais de 50, em todos os continentes.

200

Números de processos de investigação da empresa na Argélia de 2008 a 2018

ZAIRE É A QUINTA PROVÍNCIA BENEFICIADA

TV Cabo investe 1 milhão USD na extensão do sinal

A operadora TV Cabo investiu 1 milhão de dólares na expansão dos serviços de internet de banda larga, televisão digital, telefone e outros serviços interactivos e de multimédia no Zaire.

A província é a quinta a beneficiar deste tipo de investimentos, depois de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo, como lembra Francisco Ferreira, director-geral da TV Cabo, que reafirma a política de expansão e alargamento da empresa.

O gestor aponta, no entanto, "uma série de factores externos" que, "de certa forma, condicionam" o desenvolvimento e a expansão da empresa para as demais províncias. Constrangimentos que não retiram, contudo, "o foco" no crescimento da carteira de clientes. "Como único operador Triple Play que oferece TV, net e voz, detemos uma grande carteira de clientes e o objetivo será sempre reter e fidelizá-los e chegar a mais lares", sublinha, ao mesmo tempo que menciona o "maior desafio" que passa por crescer em "cenários de incerteza", motivados pela instabilidade económica e pandémica.

Quanto à percentagem de aumento dos pacotes dos serviços que pretende alterar, Ferreira referiu que está em equacionamento juntamente com o órgão regulador, o Inacom, e as restantes operadoras de televisão por assinatura.

A operar desde 2006 no mercado angolano, a TV Cabo Angola é detida pelo Grupo Visabeira e a estatal Angola Telecom.

DE JURE

LISTA ÚNICA

Arrancou campanha eleitoral na OAA

A campanha eleitoral na Ordem dos Advogados de Angola (OAA) para o cargo de bastonário iniciou neste domingo, com uma lista única, liderada pelo advogado Luís Monteiro Marques, que concorre à própria sucessão.

Luís Monteiro apresentou a candidatura em Dezembro do ano passado.

As eleições na OAA, que também vão eleger membros do Conselho Nacional, terão lugar dia 30 deste mês.

Estão previstas, igualmente nesta data, eleições no Conselho provincial de Luanda, para o triénio 2021/2023, cuja campanha também inicia hoje, com duas candidaturas. Em Luanda, concorrem os advogados Nilton Lopes Praia e Henriqueta e Sousa e Silva.

A Ordem dos Advogados de Angola foi proclamada a 20 de Setembro de 1996, em Luanda. A proclamação foi precedida da aprovação do Estatuto da Ordem dos Advogados de Angola pelo Decreto n.º28/96, de 13 de Setembro do Conselho de Ministros (DR. n.º39, I Série, 1996) e seguido de um acto eleitoral para o provimento dos seus cargos estatutários.

PARA MELHORAR A ATRACÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO

Actividade económica com novas leis aprovadas no Parlamento

LEGISLAÇÃO. Proposta de Lei de Alteração tem como objectivo introduzir, no quadro jurídico de investimento privado, o regime contratual, que permite a negociação de incentivos e facilidades aos investidores.

Mário Mujetes © VE

O relatório parecer da proposta de lei que altera a Lei de Investimento Privado, numa iniciativa do titular do Poder Executivo, foi aprovada, na passada semana, na generalidade, por unanimidade, pela Assembleia Nacional.

Segundo o diploma, a iniciativa pretende fazer uma alteração pontual a Lei de Investimento Privado - Lei n.º 10/18, de 26 de Junho, com vista a melhorar a atracção do investimento privado, mormente o Investimento Directo Estrangeiro.

A Proposta de Lei de Alteração tem como objectivo introduzir, no quadro jurídico de investimento privado, o regime contratual, que permite a negociação de incentivos e facilidades aos investidores para a implementação de projectos de investimentos estruturantes, relevantes no fomento da produção nacional e melhoria da competitividade.

Na mesma plenária, os deputados aprovaram o parecer da Proposta de Lei que Altera a Lei de Delimitação da Actividade Económica, que estabelece o regime geral de acesso ao exercício da actividade económica, aplicável às entidades públicas, privadas e cooperativas que pretendam desenvolver actividades económicas na República de Angola.

O documento prevê adequar o regime jurídico vigente à Constituição, que considera como único sector de reserva absoluta do Estado o exercício da actividade de banco central e emissor.

O diploma analisado determina igualmente que o acesso às actividades que cabem nos sectores de reserva relativa possa ser concedido às entidades integradas no sector privado ou cooperativo, cabendo deste modo ao Estado o papel de regulador da economia, sem prejuízo da actuação em áreas de reservas públicas e absolutas.

TC COM NOVA LEI APROVADA

De igual modo, foram aprovados, por unanimidade, os pareceres das propostas de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e do Processo do Tribunal Constitucional, as quais visam essencialmente delimitar o mandato do presidente do Tribunal Constitucional e os juízes conselheiros dessa instância judicial.

Após aprovação da referida lei, que vai a discussão na generalidade na sessão plenária de quinta-feira, 14, estas entidades terão um mandato de sete anos não renováveis com uma idade não superior a 70 anos.

A Proposta de Lei Orgânica do Tribunal Constitucional reflecte a experiência adquirida ao longo dos 12 anos de existência dessa instância judicial e tem como objectivo melhorar a organização, funcionamento e desempenho.

Na especialidade, além de conformar à proposta de lei à Constituição da República de Angola aprovada em 2010, reorganiza o âmbito das competências do Tribunal Constitucional, com destaque para as competências de apreciação da regularidade e validade das eleições autárquicas, a legalidade da formação das coligações e grupos de cidadãos eleitores concorrentes às eleições autárquicas, bem como a declaração a respectiva extinção, assim como as de julgar, os recursos relativos à perda, substituição, suspensão e renúncia do mandato nas Assembleias das Autarquias, entre outras.

A Alibaba, de Ma, tornou-se mais poderosa por causa dos serviços financeiros que estendeu à população mais pobre.

M AGNATA DO ALIBABA 'DESAPARECEU' APÓS CRÍTICAS AO REGULADOR CHINÊS

Onde anda Jack Ma?

BILIONÁRIO. Segundo homem mais rico da China e o 20.º mais rico do mundo anda desaparecido dos holofotes depois de criticar o sistema financeiro que acredita caduco.

Por Redacção

Desde 24 de outubro de 2020 que o vigésimo homem mais rico do mundo não é visto em público, facto surpreendente para quem acompanha Jack Ma e que o vê como uma das personalidades mais extrovertidas de entre o top dos multibilionários mundiais.

O desaparecimento dos holofotes aconteceu depois de um ainda mais surpreendente discurso, na cimeira Bund em Shangai, em que o dono da Alibaba e da Alipay, reconhecido comunicador exímio, leu de um papel nas mãos (coisa rara para quem normalmente discursa de improviso), críticas acintosas ao sistema financeiro da banca clássica, governada em grande parte pelo partido comunista chinês, pelo que descreveu como "mentalidade de loja de penhores".

A critica ao sistema financeiro, em particular ao chinês, que classificou como anacrónico e desfasado ao ponto de não se coadunar com a revolução tecnológica que o mundo atravessa, valeu-lhe, acto contínuo, a suspensão do IPO (oferta pública inicial) da Ant, o seu conglomerado tecnológico. A operação estava estimada em 35 mil milhões de dólares e seria a maior operação de financiamento em bolsa de toda a História.

O Financial Times reporta que o discurso de 20 minutos, a que muitos já chamam "uma catastrófica provocação" ou "um momento caro de loucura", custou cerca de 12,8 mil milhões de dólares de prejuízo por cada minuto. Mas as acções da Alibaba em bolsa não têm parado de perder valor à medida que os investidores se vão afastando do que entendem ser agora o alvo de uma verdadeira lição do governo de Xi Jinping ao atrevimento da iniciativa privada que perde a noção do 'seu devido lugar'. Desde que o IPO foi suspenso não há qualquer indicação de nova data e foi instaurada uma investigação à Alipay empresa derivada da Ant, que controla a grande maioria das trasacções monetárias actualmente na China e à própria Alibaba, por práticas monopolistas e excesso de poder. A Alibaba, que se foca em comércio online como a Amazon, tornou-se mais poderosa por causa dos serviços financeiros que estendeu à população mais pobre que passou a poder fazer pequenos pagamentos via telemóvel. Foi tão bem sucedida que praticamente erradicou as trasacções em dinheiro em território chinês. Especula-se mesmo que a Alipay vá ser desmontada pelo Estado que se terá apercebido do quão poderosa se tornou nas mãos de alguém que pelos vistos quer confrontar o sistema.

35

Mil milhões de dólares, valor estimado na operação de financiamento em bolsa.

Enquanto muitos analistas financeiros criticam a loucura momentânea de Ma, os mais liberais apontam o perigo do peso do Estado para a estabilidade da iniciativa privada na segunda maior economia do mundo e que pode atrapalhar a atractividade do gigante asiático para os empresários não alinhados com o sistema governativo.

O também ex-professor de inglês tornado multibilionário por iniciativa própria pode estar longe dos holofotes, sendo que já falhou duas marcações previas em que era suposto discursar em público, para deixar acalmar os ânimos e poder encetar contactos de bastidores que acalmem a fúria que provocou às autoridades chinesas. Há também especulação sobre se terá sido o próprio governo a limitar-lhe os movimentos e espera-se que em breve haja algum esclarecimento da situação.

(In)formalizando

O processo de fabrico , diz o jovem, é fácil", mas "requer rigorosos cuidados".

Mário Miujetes © VE

'EMPURRADO' PELA PANDEMIA

Sabão artesanal dá de comer e cria negócios

EMPREENDEDORISMO. Sabão tem servido para o sustento de várias famílias fragilizadas financeiramente pela pandemia e na prevenção da propagação da covid-19, em especial, nas comunidades mais carentes. É fácil de fazer e passou a ser uma alternativa de negócio.

Por Guilherme Francisco

Se, por um lado, a pandemia causou efeitos nefastos na vida financeira de muitas famílias desfavorecidas, por outro, deu azo a muita gente a lançar-se ao mundo do empreendedorismo, na luta da busca de uma fonte de rendimento alternativa diante do acentuado nível de desemprego. A produção e comercialização de sabão caseiro, cada vez mais utilizado na higienização das mãos, ganharam espaço.

Nas ruas e mercados informais de Luanda, é notória a venda a retalho, cujos preços variam de 50 aos 100 kwanzas. Até nas redes sociais, a publicidade para vender o produto tem presença nos perfis, páginas e grupos de negócios. À medida que o consumo aumenta, surgem vários produtores, uns formados por famílias e amigos e outros individualmente, com ou sem formação solidificada sobre o processo químico. Em média, gasta-se 2.500 a 3.000 kwanzas para o fabrico, com óleo vegetal já utilizado. Enquanto com óleo vegetal ainda não usado, pode cifrar-se à volta dos 12 mil kwanzas ou mais, dependendo da quantidade desejada a produzir.

Formado em Petroquímica, Felizardo Culembela decidiu apostar no fabrico do sabão, respondendo à necessidade desencadeada pela pandemia. Mas antes capacitou as formadoras do centro de formação profissional do MAPTSS do Rangel na produção da matéria.

Para ele, "o processo de fabrico é fácil", mas "requer rigorosos cuidados" por causa de produtos químicos, pelo que não "se pode utilizar materiais metálicos ou ferro, bem como estar desprovido de luvas". O sabão é feito com óleo de palma, vegetal (utilizado ou não), soja, gordura de porco, soda cáustica (hidróxido de sódio), água e fragrâncias, artificiais ou naturais, como são os caso do limão e o café.

AS COLHEITAS DA PRIMEIRA época da campanha agrícola 2020-2021 ascenderam, em Cambambe, Cuanza-Norte, para 67 549 toneladas, mais cerca de 19 por cento que em igual período do ano agrícola 2019-2020, afirmou o responsável da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) do município.

Geralmente, o jovem residente na rua da Suave, em Viana, produz com óleo utilizado, fornecido habitualmente a uma quantidade de cinco litros a troco de mil kwanzas por proprietárias de barracas de comida. Refere ser mais rentável deste modo do que com óleo não utilizado, pois, com a inflação, "o bidão de cinco litros de óleo vegetal 'novo' custa agora mais de cinco mil, a soda cáustica três mil". Por cada cinco litros, é capaz de produzir seis barras de sabão, vendidas a mil kwanzas cada uma. Por dia, obtém seis mil kwanzas, um valor que reflecte lucros satisfatórios quando usado óleo queimado.

O óleo usado também faz parte das preferências de Domingos Miguel Capitão, um bacharel em química. Mas, explica não ser tarefa fácil de conseguir. Tentou parcerias com restaurantes, mas não obteve sucesso, inclusive na campanha porta a porta criada no bairro Quintalão do Petro, no Golfe II. Domingos Capitão apenas queria uma troca de óleo utilizado por alguma barra de sabão. "Mesmo com a campanha feita os moradores dão poucas quantidades, desconhecem que com o óleo queimado se faz sabão. O processamento com óleo queimado acaba por ser mais rentável porque só compramos a soda e um outro aromatizante para dar mais qualidade", refere.

Domingos Capitão tem como principais clientes os vizinhos, algumas senhoras que revendem nos mercados informais e interessados provenientes das redes sociais. Além da própria mãe que vende a retalho à porta de casa. O preço da barra varia dos 850 aos 900 kwanzas e as metades pequenas de 100 a 200 kwanzas.

Pedro Rocha é outro produtor que lamenta a falta de colaboração dos restaurantes, pastelarias e outros estabelecimentos que usam constantemente grandes quantidades de óleo. Alegadamente, a maioria apresenta como pretexto o facto de terem parceria com outros produtores. As poucas que aceitam disponibilizam reduzidas quantidades, à volta de cinco litros, mensalmente. Por isso, produz actualmente com algumas oscilações, na maior parte das vezes por solicitação. A maior encomenda conseguida foi de 600 barras enviadas para o Bengo.

Fora o rendimento, o jovem produtor no bairro Hoji-Ya-Henda, Cazenga, encara o fabrico do sabão como "um acto de solidariedade para com as comunidades carenciadas". Esclarece que, em comparação à fase de emergência, hoje o rendimento baixou significativamente. E ainda conta com a concorrência de muitos produtores que vão surgindo.

600

Quantidade de barras de sabão encomendadas para o Bengo.

900

Kwanzas, preço da barra de sabão praticado pelos produtores.

MEMORIZE

- **Em média,** gasta-se 2.500 a 3.000 kwanzas para o fabrico, com óleo vegetal já utilizado. Enquanto com óleo vegetal ainda não usado, pode cifrar-se à volta dos 12 mil kwanzas ou mais, dependendo da quantidade desejada a produzir.

FORMAÇÃO EM PROLIFERAÇÃO

Em várias ruas da capital e nas redes sociais, é possível ler cartazes publicitários para se frequentar cursos de fabrico de sabão artesanal. É uma outra fonte de rendimento dos produtores perante o interesse de muitas famílias aprender a confecção, não apenas por uma questão de evitar os gastos com produtos de higienização, mas de subsistência. No ano passado, com o desemprego a atingir níveis alarmantes, Pedro Rocha perdeu a conta do número de formandos. Grande parte deles eram professores. "Alguns não tinham nada para comer em casa. Aprenderam a fazer sabão e rapidamente começaram a produzir em casa e a vender. Criou renda para famílias, muitas até hoje agradecem", revela.

À semelhança de Pedro Rocha, Felizardo e Domingos também afirmam ter perdido a conta do número de pessoas formadas até ao momento. Classificam até a formação de "pendor altruísta pelo valor cobrado"

A formação intensiva tem duração de 24 horas e é ministrada nos centros de produção instalados em residências. Os preços variam de 2.500 a 10 mil kwanzas, dependendo da possibilidade financeira dos moradores da zona em que estão instalados.

No entanto, os jovens empreendedores recomendam a quem fabrica por curiosidade a consultar as vídeo-aulas na internet, para se capacitarem sob pena de colocarem produtos nocivos na pele e no mercado. Por outro lado, pedem mais colaboração das empresas do ramo de restauração, em especial, as de 'fastfood'.

Além de auxiliar na higienização das mãos e na sobrevivência de famílias vulneráveis, a proliferação da produção de sabão artesanal tem contribuído para um ambiente saudável nas comunidades, onde até então o óleo usado era misturado com água suja e deitado em locais inadequados, num claro atentado ao ambiente.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Opiniões

Breve balanço de 2020

Apesar de todos os acontecimentos menos bons deixarem marcas e dissabores, é importante olharmos, de forma positiva, crítica e construtiva, para o ano inesperado e desafiador que terminou.

Patrícia Vicente,
Manager EY,
People Advisory Services

Chegámos a Janeiro. Momento para projeções e novas perspetivas. 2020 talvez tenha sido o ano em que a maioria de nós mais desejou que chegasse ao fim, pela carga de esperança e renovação que se coloca numa mudança de ano. Sair de um ano que desde o início nos colocou em constante transformação, adaptação, mudança e insegurança, e passar para um novo ano que, esperamos, nos trará de novo o regresso a um dia-a-dia sem limitações (ou pelo menos menores), maior segurança e saúde para todos. Do lado das organizações, a entrada num novo ano, ainda assim, antevê um período desafiante, com desafios económicos generalizados, que vão exigir revisões na organização das equipas, adaptações dos processos e a construção de uma estratégia ajustada a um período de recuperação ainda que imprevisível.

Apesar de todos os acontecimentos menos bons deixarem marcas e dissabores, é importante olharmos, de forma positiva, crítica e construtiva, para o ano inesperado e desafiador que terminou. Sobre um conjunto de restrições e inseguranças, com impacto pessoal e profissional, é possível termos uma visão sobre as transformações positivas que o contexto de pandemia trouxe às pessoas e às organizações, e que, inevitavelmente, vão permanecer no nosso dia-a-dia, ainda que com algumas adaptações.

A ampliação tecnológica ocorrida em 2020 foi sem dúvida a maior das transformações que podemos assinalar. Nomeadamente, quando analisamos a extensão alcançadaa nível das empresas e das pessoas, particularmente nas mais resistentes à adoção de ferramentas digitais ou à automatização de processos. Sem este salto, dificilmente teríamos conseguido dar continuidade às atividades e responsabilidades a partir das nossas residências – pelo menos para a maioria – e o balanço que estaríamos agora a fazer seria desastroso. As áreas de sistemas de informação tiveram aqui um papel essencial, de garantir as condições necessárias para a continuidade do trabalho num formato remoto e as pessoas demonstraram uma enorme capacidade de adaptação a um novo formato de trabalho num contexto de insegurança e instabilidade social.

O teletrabalho, que até 2019 era considerado por grande parte das empresas, uma possibilidade apenas para algumas funções – poucas eram as organizações que já tinham adotado este formato de trabalho e aquelas que o tinham não era num formato permanente – passou com distinção como um modelo de trabalho funcional e exequível, com reduzido ou nenhum impacto na qualidade, na entrega e na eficácia dos processos de trabalho – naturalmente que, ainda assim, é essencial garantir o eixo tecnológico referido anteriormente. O teletrabalho veio claramente para ficar em 2021 e nos próximos anos, por um lado, pela flexibilidade que concede às pessoas contribuindo para a relação vida pessoal vs trabalho mais positiva e flexível, por outro, pela possibilidade de redução de custos que concede às organizações, em custos fixos e consumíveis, mesmo que estes se revertam noutro tipo de benefícios mais adequados a este novo formato de trabalho. Esse será o desafio das organizações para 2021: adaptar modelos de trabalho e estruturas de benefícios.

Por fim, e essencial para a superação de um ano carregado de transformações, foi o desenvolvimento ou consolidação de competências-chave para que mesmo num contexto de instabilidade e desconhecimento, conseguíssemos manter o bem-estar e cumpríssemos com a nossa missão nas organizações e essencialmente nas nossas vidas. A resiliência e a capacidade de adaptação foram duas competências fundamentais para levarmos o ano que agora terminou de forma positiva e capaz de superar os desafios diários com que nos deparámos, tanto para as pessoas como para as organizações. Por um lado, a forma como os processos, as rotinas e as ferramentas foram adaptadas, garantindo o cumprimento do propósito e as responsabilidades atribuídas. E por outro, a capacidade de superar obstáculos, ainda que num contexto imprevisível, desconhecido e tenso, foi essencial no reforço das equipas de trabalho, na gestão dos clientes e no contacto com os parceiros.

A capacidade de transformação de cada um de nós neste contexto atípico foi sem dúvida a grande lição que podemos tirar de 2020 – somos capazes de nos transformar perante a mudança e o imprevisível! Saímos bem e reforçados de 2020, conhecendo os nossos limites e as nossas forças. Este é um ano que vamos guardar nas nossas memórias pelas piores razões. Contudo, devemos levar connosco os aspetos positivos que 2020 nos obrigou a encontrar e termos sempre presente que a solução está, na maioria das vezes, aqui ao lado, mesmo que, por vezes, haja um caminho a fazer para lá chegar. Que 2021venha carregado de energia positiva!

Na África Subsariana, os indicadores de solvência deterioraram-se significativamente este ano, após seis anos de enfraquecimento gradual associado à queda dos preços mundiais dos produtos.

Os países africanos não precisam de temer o incumprimento

Moritz Kraemer, Conselheiro Económico-Chefe da consultora de risco Acreditus, ex-director de classificação soberana da S&P de 2013 a 2018.

Desde o início da crise provocada pela covid-19, o espectro do incumprimento soberano paira sobre as economias em desenvolvimento. Muitos países têm tanto medo de perder o acesso aos mercados que não estão dispostos a resolver os problemas de sustentabilidade da dívida. No entanto, uma visão clara do impacto da crise da covid-19, juntamente com as realidades fiscais e financeiras para os países de baixo rendimento, revela uma 'nova normalidade', na qual um incumprimento atempado está longe de ser o pior cenário.

De acordo com as estimativas do Banco Mundial, metade dos países mais pobres do mundo já está ou corre o risco de estar em sobreendividamento. Na África Subsariana, por exemplo, os indicadores de solvência deterioraram-se significativamente este ano, após seis anos de enfraquecimento gradual associado à queda dos preços mundiais dos produtos. Angola, Gana e Nigéria gastam quase metade das suas receitas governamentais no pagamento de juros. Para os 19 países da África Subsariana incluídos na avaliação, a S&P Global Ratings estima que dois terços de todos os pagamentos de juros vão para credores privados.

Enquanto isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a crise da covid-19 acabará com uma década de progresso na redução da pobreza, com efeitos duradouros que impeçam significativamente as perspectivas de desenvolvimento dos países de baixo rendimento. Só do ponto de vista humanitário, isto já deveria ser inaceitável e ainda mais à luz da sustentabilidade e das metas de desenvolvimento a longo prazo.

Não há dúvida de que os credores tomaram algumas medidas para aliviar o fardo da dívida das economias em desenvolvimento. No âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20, os países mais pobres do mundo, principalmente em África, podem solicitar um adiamento dos pagamentos de dívidas bilaterais. Os países do G20 também chegaram a um acordo sobre um quadro comum para a reestruturação da dívida pública.

Mas há barreiras significativas que impedem o progresso. Para começar, muitos países em desenvolvimento temem que as agências de classificação os declarem em incumprimento se reestruturarem os seus débitos obrigacionistas, fazendo com que percam o acesso aos mercados por um período prolongado. Mas, embora as agências de notação classifiquem, de facto, uma reestruturação como um incumprimento, as preocupações com a perda de acesso aos mercados são exageradas.

Para começar, os países mais pobres já perderam o acesso aos mercados de capitais em Março. Devem agora concentrar-se em recuperar o acesso aos mercados de forma sustentável.

Na verdade, à medida que a procura de rendimento por parte dos investidores se foi tornando cada vez mais desesperada, estes países ganharam uma alavancagem. Durante a crise da dívida latino-americana da década de 1980, os rendimentos do Tesouro dos EUA a dez anos estavam acima de 10%. Mesmo no auge da crise financeira global de 2007-09, os títulos do Tesouro a dez anos rendiam perto de 4%. Actualmente, os rendimentos caíram abaixo de 1%. Globalmente, os títulos de rendimento negativo ultrapassam os 18 biliões de dólares.

Neste contexto, os investidores simplesmente não se podem dar ao luxo de amuar durante muito tempo por causa de um país em situação de incumprimento, se isso significar renunciar a rendimentos atractivos. E, de facto, a descida nas taxas de juro globais foi acompanhada por uma redução observável com o tempo necessário para que um país recupere o acesso aos mercados após o incumprimento. A Argentina emitiu um título a 100 anos em 2017 – um ano após emergir do incumprimento. Os títulos a dez anos da Grécia rendem menos de 0,7%. Isso não é coincidência.

Além disso, para um mutuário à beira da insolvência, a reestruturação da dívida aumenta a credibilidade. À medida que o excesso de alavancagem é eliminado, o potencial de crescimento e desenvolvimento melhora. Isso deveria tornar os países de África e de outras regiões elegíveis para a DSSI novamente destinos de investimento atractivos.

Embora reestruturar os títulos africanos fosse uma bênção para os devedores, pouco prejudicaria os credores, ao contrário, digamos, da crise da dívida da década de 1980. Naquela época, um incumprimento unilateral antecipado por parte de países com mercados emergentes poderia ter tornado alguns dos maiores bancos dos EUA insolventes, o que significava que os credores tinham um forte interesse em jogar duro e em ganhar tempo.

Hoje não. A dívida detida pelos países elegíveis para a DSSI equivale apenas a uma parcela insignificante das carteiras dos investidores institucionais. Para a indústria de investimento em geral, o impacto será trivial. Dada a ausência de trauma, os investidores ficarão muito menos relutantes em regressar aos mercados quando o preço for o correcto.

Desta vez, é realmente diferente. A situação financeira em que muitos países pobres se encontram hoje é o resultado não de políticas imprudentes e empréstimos excessivos, mas de um grande choque repentino. Os investidores estão bem cientes de que o incumprimento nas condições actuais não é, de forma alguma, sinal de que outro incumprimento seja provável. O estigma de incumprimento simplesmente não vai durar.

Existe mais um potencial obstáculo ao progresso: a relutância dos credores privados. Na verdade, alguns deles estão a fazer tudo o que podem para alimentar os receios de incumprimento dos devedores soberanos. Mas a verdade é que as negociações de reestruturação são quase inevitáveis e tanto os credores privados como os oficiais têm de participar. (Ao contrário das crises anteriores da dívida africana, os obrigacionistas são agora uma parte importante da equação da dívida em muitos países).

Essas conversações devem ser iniciadas o mais rápido possível. A experiência anterior com a reestruturação da dívida soberana mostrou que os atrasos levam a crises mais profundas nos países devedores, maiores cortes financeiros para os credores e uma exclusão mais prolongada dos mercados de capitais.

Felizmente, a maturidade das obrigações africanas será excepcionalmente baixa em 2021. Isso oferece um cenário perfeito para as negociações de alívio necessárias e complexas de vários credores. Em nome das respectivas sociedades sofredoras, os líderes africanos têm de aproveitar essa oportunidade, uma vez que têm todas as cartas na mão.

No entanto, para que a prática valha a pena, os governos devedores precisam de se comprometer com credibilidade a direccionar os fluxos privados futuros de forma a promover o desenvolvimento social e económico, inoculando-se assim contra choques e contratempos futuros. O alívio da dívida e uma recuperação sustentável têm de ser as duas faces da mesma moeda. Para África, essa moeda comprará a derradeira recompensa: um futuro mais próspero e resiliente.

Opiniões

E agora pergunto eu...

Geralda Embaló
Directora-Geral Adjunta

Bem-vindo, querido leitor, ao primeiro e agora pergunto eu do ano 2021, e... sabe bem estar num novo ano com expectativas renovadas, particularmente depois de um 2020 tenebroso e simultaneamente teve o condão de nos fazer questionar muitos adquiridos. O exercício de questionar o que pensamos adquirido tem sempre o mérito de flexibilizar, de quase obrigar a exercícios mentais equiparáveis a uma limpeza de poeiras de pensamento. De nos obrigar a focar em básicos que muitas vezes no afã do dia-a-dia vão ficando relegados e esquecidos, como a importância da saúde dos nossos, ou dos almoços de família, o tempo com os amigos, a simples liberdade de respirar sem máscara.

No início de cada ano são costume as previsões, resoluções e expectativas para o ano que começa e nessa senda ia este espaço, quando a minha filha me perguntou o que eu estava a escrever e ela, teenager da era tecnológica, me respondeu a rir dizendo que, depois de 2020 "mombehumble" traduzindo o slogan de um famoso rapper americano, depois do ano que fechámos, quanto a previsões e prognósticos, há que ser humilde e reconhecer que ninguém sabe o que reserva 2021 e que mesmo os melhor preparados para imprevistos, à luz do que aconteceu no ano passado, podem ser surpreendidos. Talvez a lição no reconhecimento dessa ignorância do que pode ou vai acontecer seja a de viver um dia de cada vez malembe, malembe... E, dito isto, o novo ano já começou a dar sinais de que 2020 pode não ser o único com surpresas sinistras e a desafiar prognósticos.

Na semana passada o Capitólio, (a Assembleia Nacional americana), símbolo da democracia americana por excelência, foi invadido e vandalizado (porque vandalismo é partir janelas, destruir escadas, assaltar escritórios para tentar queimar votos, não é o que por aqui se chama de vandalismo). E, este vandalismo, que levou a 5 mortes (um polícia e 4 manifestantes), foi às mãos de apoiantes de um presidente que se recusou a reconhecer os resultados eleitorais. Tudo isto no país símbolo de democracia mundial. Se aquelas imagens e a censura ao presidente mais poderoso do mundo pelos gigantes da comunicação tecnológica dos nossos dias (Trump ser banido do Twitter não é senão uma forma de censura), não nos põem a pensar no quanto os sistemas que nos governam são frágeis, se não nos levam a questionar adquiridos, pergunto-me o que levará? Mas, 2019 teve já outras demonstrações de que o pesadelo 2020 ainda não terminou com um começo agitado também a nível social. Na sexta-feira o Reino Unido proibiu a entrada de viajantes de uma série de países, incluindo Angola, por causa da variante da covid-19 que surgiu na África do Sul e que parece ser bem mais contagiosa e perigosa do que a primeira, com um número de contágios e de mortos que rapidamente já ultrapassou os da primeira vaga. Na Europa, não só o Reino Unido e a Escócia voltaram ao confinamento e aos estados de emergência, mas muitos outros países como a França e a Alemanha estão a impor restrições e a fechar fronteiras. Portugal viveu hoje o pior dia da pandemia com 122 mortos mais de 10 mil infectados e o sistema de saúde a entrar em colapso e isto enquanto a OMS vem lembrar que o facto de já haver vacinas não significa que a pandemia acabou e que o mundo pode voltar ao normal.

A nível económico as implicações da continuidade da pandemia, para além de testarem a resiliência das empresas até a limites que ainda não tinham experimentado e que lhes anunciam o cimitério, fazem com que as ditas previsões económicas sejam titubeantes e cautelosas. Essas previsões apesar da necessidade de humildade e de reconhecimento de que todas as previsões para 2020 falharam rotundamente, continuam a ser instrumentais para regular a actividade dos actores económicos e para guiar as decisões dos governantes. No caso da nossa economia as previsões não são só cautelosas e titubeantes, mas são deprimentes, porque o crescimento económico, está dependente de um aumento significativo do investimento quer estrangeiro quer público. Investimento esse que não se vislumbra este ano, que vai ser de transição para uma economia pós-pandemia, um ano em que têm todos feridas económicas e sociais para sarar e numa economia que a nível mundial está em recuperação e que tudo o que desavisa são "aventuras investidoras" (como sabemos ser o investimento em ambientes de negócio como o nosso). Neste cenário em Angola vai no quinto ano consecutivo de crescimento abaixo de zero e que por isso temos muito mais terreno para recuperar, a perspectiva de atrair investimento diminui substancialmente.

Que resposta irá o governo de João Lourenço dar? Continuar a tentar cumprir com a receita de contenção ou gastar para animar o voto? Este é um ano de decisões e de escolhas difíceis.

As previsões dos economistas para a nossa economia apontam para uma retoma lenta, tímida, dependente de um aumento do preço do petróleo. O FMI prevê crescimento só para 2023 ou 2024, aponta também para um aumento da inflação para a continuidade de perda de valor do kwanza e com ele do poder de compra dos angolanos e a continuidade da quebra do consumo. Um ambiente económico que, com pouco investimento, vai continuar a perder os poucos empregos que acumulou e a manter o problemático desemprego acima de um terço da população.

No entanto, a par destas previsões económicas deprimentes, vamos ter um ano pré-eleitoral, e que leva a perguntas essenciais. E agora pergunto eu, como vai o governo comportar-se face à proximidade de eleições? Vamos ver mais investimento público contrariando a receita do FMI que nos emprestou dinheiro? Ou vai o governo limitar a contratação pública e o aumento da despesa do Estado para cumprir com o acordado com o FMI pondo em risco, ainda mais, uma popularidade que já anda de rastos? O que é habitual é assistirmos em qualquer proximidade de eleições, à tentativa cosmética de melhoria da percepção do ambiente económico, que se reflecte no ambiente social. O problema é que a situação económica e social está tão longe de ser aceitável, visivelmente com tanta falta de básicos, que malabarismos para parecer ser o que se não é de todo, vão ser cada vez mais difíceis, mais dispendiosos e simultaneamente mais inúteis. Que resposta irá o governo de João Lourenço dar? Continuar a tentar cumprir com a receita de contenção ou gastar para animar o voto? Este é um ano de decisões e de escolhas difíceis para o governo e um ano em que se espera que a media faça cada vez mais o seu trabalho de fiscalizar e de focar as prioridades públicas, não se deixando distrair com operações cosméticas que põem maquilhagem nas realidades mais feias e que perpetuam o famoso motor a babar óleo por debaixo da chaparia bala.

O grande desafio para o sector bancário para 2021 estará atrelado aos esforços do Executivo de procurar reanimar a economia depois dos efeitos devastadores da situação pandémica...

Os grandes desafios da banca angolana em 2021

Jorge Leão Peres, Economista e Mestre em Direcção Bancária

Em meio a grandes incertezas provocadas pela pandemia da covid-19, cujo desfecho tem contornos de imprevisibilidades, colocam-se ao sector bancário enormes desafios, exactamente pelo papel preponderante de lançar o providencial auxílio à economia para esta não soçobrar. Esta é uma faceta da moeda, mas, se olharmos para a outra faceta, ou seja, na complementaridade entre bancos e economia, o sector bancário ao buscar as suas fontes de financiamento à economia, nos recursos alheios gerados na economia, depende da situação económica em cada estágio de desenvolvimento.

De uma pandemia sanitária, a covid-19 transformou-se num endémico problema que resvalou para a economia, e hoje assiste-se a uma profunda crise económica a escala mundial, nunca antes assistida. No início do ano de 2020, era pouco crível que esta pandemia fosse alastrar-se pelo mundo tão rapidamente, e tornar-se tão letal com desfecho até hoje ainda desconhecido. Assiste-se hoje a uma disrupção na vida em sociedade, por isso, é caso para dizer, afinal, a China não fica longe. São os efeitos da globalização. Estamos em presença do maior choque de saúde pública à escala global, que se vem traduzindo em choques económicos. As atenções foram todas viradas para o combate à pandemia e com ele a alocação de avultadas somas monetárias, tendo sido adiadas outras acções.

Para o sector bancário, e de resto, para todos sectores da vida económica, a pandemia da covid-19 impulsionou a adopção de práticas e serviços inovadores, cuja componente tecnológica ganhou ainda maior realce, estando na agenda do dia a necessidade premente de se avançar rapidamente para a inovação digital.

O grande desafio para o sector bancário para 2021 estará atrelado aos esforços do Executivo de procurar reanimar a economia depois dos efeitos devastadores da situação pandémica, consumados por uma desaceleração da actividade económica, já que se assistiu ao encerramento ou à redução considerável das actividades de um universo de empresas e instituições.

Se antes desta pandemia a economia angolana já enfrentava problemas estruturais de crescimento, devido à sua situação de dependência endémica ao sector petrolífero, com este quadro crítico de natureza sanitária, que absorve parte considerável dos já escassos recursos, para salvar vidas humanas, as premissas para o relançamento da actividade económica em bases sustentáveis são, deveras, desafiantes para ano que se avizinha.

De acordo com o outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia angolana vai registar uma variação negativa no seu Produto Interno Bruto (PIB) de 4% e estima que, no próximo ano, a economia já registará um crescimento, expandindo-se em 3,2%, sustentada na esperada subida do preço do barril do petróleo no mercado internacional. Ainda segundo o FMI, em Angola, a crise juntou-se às vulnerabilidades já existentes; o PIB real deverá contrair-se pelo quinto ano consecutivo, reflexo da descida da produção e dos preços do petróleo, aperto nas condições de crédito e declínio na actividade empresarial.

Relativamente ao desempenho económico, em 2020, os principais indicadores macroeconómicos confirmam as assertivas anteriores. A inflação acumulada, até Novembro de 2020, estava situada nos 22,51% (perda do poder de compra de 82%), já acima dos 18,21% registados em 2018 e dos 17,06% observados em 2019. E, para 2021, o Orçamento Geral do Estado para este exercício

aponta para uma inflação no patamar dos 20%, portanto, continuará a ser uma inflação de dois dígitos, o que corrói ainda mais o poder de compra da moeda nacional, significando isso maior empobrecimento das famílias.

Outro elemento que tem influência nos preços no mercado nacional é a componente taxa de câmbio, já que o país vive quase exclusivamente de importações de bens de consumo, para além dos bens intermédios e de capital. Assim, observamos, até Novembro de 2020, uma depreciação cambial de cerca de 31% na taxa de câmbio do Euro, e de 26% na taxa de câmbio do Dólar norte-americano. E, desde 2017, o Kwanza já se depreciou em cerca de 79% em relação ao Euro. Trata-se uma depreciação violenta, cujo reflexo está nos preços praticados na economia, nominalmente altos porque na realidade estão implicitamente indexados à taxa de câmbio.

É um verdadeiro dilema que se coloca no actual contexto de descida do preço do barril do petróleo, portanto, traduzida numa redução da capacidade de oferta de divisas, conjugada com a forte pressão sobre o fundo cambial, por imperatividade das importações, e de queda acentuada das Reservas Internacionais Líquidas, contabilizadas, no dia 17 de Dezembro de 2020, em 8,1 mil milhões de dólares norte-americanos, de acordo com os dados preliminares publicados na página de internet do BNA.

Ao sector bancário é colocado o desafio de contribuir para o inverter desta tendência. Todavia, alguns aspectos são de levar em conta, e aqui vamos referir-nos a dois, que reputamos de importantes, nomeadamente a qualidade do crédito e a forte regulamentação a que o sector bancário está sujeito. Se por um lado os bancos procuram honrar os compromissos com os depositantes, entretanto, nem sempre os tomadores de crédito honram os compromissos com os bancos na liquidação das operações de crédito, sendo o nível de incumprimento (crédito malparado) relativamente alto.

A agência de notificação financeira Moody´s aponta a perspectiva de evolução dos bancos africanos para 2021 como negativa devido às difíceis condições operacionais, com os bancos angolanos a terem a maior percentagem de crédito malparado. De acordo com o relatório dessa agência, os bancos angolanos têm em 2020 quase 30% de empréstimos cujos clientes têm dificuldades em pagar.

Sobre Angola, o relatório aponta que o crescimento económico deve recuperar para 2,5% em 2021, depois de cinco anos consecutivos de recessão, mas salienta que os preços moderados do preço do barril do petróleo e a pandemia do novo coronavírus vão dificultar a recuperação económica.

No domínio da regulamentação, destacamos alguns normativos que impactarão na rentabilidade dos bancos. O instrutivo do BNA, com o número 15/2020 de 22 de Setembro, estabelece as condições para facilitar a conversão para moeda nacional dos créditos em moeda estrangeira, contratados para habitação própria por clientes particulares sem rendimento ou recursos nessa moeda. Significa que os bancos que tinham os créditos indexados em moeda estrangeira, e, portanto, obtinham ganhos cambiais consideráveis neste tipo de operações, por via da depreciação cambial, deixaram de ter desde aquela data.

Por outro lado, o Instrutivo 14/2020 de 4 de Agosto que estabelece a cobrança, pelo BNA, de uma taxa de custódia pelas reservas excedentárias acima de um limite estabelecido pelo BNA, depois de deduzidas as reservas obrigatórias, é um sinal indirecto para os bancos terem de alocar esses recursos à economia, principalmente via crédito bancário, como forma de dinamização da intermediação financeira, sob pena em incorrerem em encargos financeiros.

A revisão da Lei do BNA que vai evoluir para uma maior independência e autonomia desta instituição, como Banco Central, na definição e condução das políticas monetária e cambial, e também do reforço da função de Supervisor do sistema financeiro angolano, fundamentado na institucionalização do Fundo de Resolução, podemos concluir que estarão criadas as premissas para um sistema bancário mais sólido e concorrencial, capaz de corresponder aos desafios que se colocam ao sector e às expectativas dos clientes.

No actual contexto atribui-se relevo acrescido ao sector bancário angolano no crescimento e desenvolvimento económico, pela combinação de um conjunto de instrumentos operacionais (excelência operacional, disrupção e inovação digital), os pacotes específicos de resposta ao relançamento ou reanimação do tecido empresarial, cujo objectivo é apoiar clientes a ultrapassar este período de pandemia e também potenciar o desenvolvimento económico e social com sustentabilidade.

Portanto, os desafios que se colocam ao sector bancário no actual contexto deveras complexo são invulgares. E é nessa invulgaridade que provavelmente soluções tradicionais já não se venham a revelar eficazes, é necessário que o sector engendre transformações nos seus modelos de negócio e identifique ganhos de oportunidades em bases eticamente correctas, sempre na perspectiva de que mais do que ganhar dinheiro, o sector bancário tem um objectivo social e de interesse público, e que está empenhado em zelar pela saúde financeira dos seus clientes.

Jornal Valor Económico
Visite o site www.valoreconomico.co.ao
Regista-te

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172 9933 1512 7

Facebook/Comentários

A última edição de 2020 do Valor Económico alcançou cerca de 56 mil internautas e na página do Facebook do Valor Económico os internautas comentaram sobretudo a entrevista a Caetano Capitão, o secretário-geral da Câmara de Comércio Angola-India que entende que apesar dos "esforços isolados, falta sincronia para o desenvolvimento económico" e que "as políticas do Governo têm estado a gerar instabilidade".

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Kessongo Passile
Porque o governo esqueceu-se do sector sociais, está apenas focado nas reformas económicas. A fome do povo não espera pelas reformas.

José Adriano Cassule DitubaDyan'gana
Disciplina trabalho e organização.

José Adriano Cassule DitubaDyan'gana
Potência então é quem?
Desde que fizemos a palhaçada de vender ou doar manos para instrumentos coisificáveis, comercializados, aculturação, sem concentração, acabou mano.
Até valores de independência e ajuda foram eles pelas igrejas quando lhes convinha, democracia e outros valores não foi a igreja mas sim diplomas a diplomados doutores que sem argumento de razão de contraposição aceitou e nem nunca se perguntou em que estágio estou para este peixe ser vendável e usado.

Valdemar Augusto Mário
Muita verdade neste post, ou seja, o governo liderado pelo MPLA, nunca esteve preocupado com a estabilidade de Angola.
É só vermos os planos de desenvolvimento já implementados pelo governo, o que gerou!! Enquanto o governo pensar sempre em tirar mais das pessoas, empresas, em níveis assustadores na implantação de impostos coercivos, nunca teremos estabilidade. Porém, tais práticas empobrecem às pessoas, empresas, e enriquecem o Estado...
Um país em vias de desenvolvimento, tais práticas são tipo teoria: CeterisParibos

Felisberto Tchitungo
Grande Líder.
O tipo de Líder que tem uma visão profunda das coisas.

Manuel De Sousa
Muitíssima. Todas as medidas só deviam ir avante, caso o sistema inteiro produtivo não fosse prejudicado. Pelos dados que existem, não há motivos que façam com a produção seja das principais vítimas da crise económica e desta, dita de prevenção para o famigerado vírus...
Tudo isto deveria em primeiro ligar acautelar a economia e nunca, contribuir para a magoar muito mais do que ela já estava, antes da pandemia...
Perdoe-se a minha franca opinião, mas, há que incluir quem produz em qualquer tipo de situação que possa levar ao arruinamento, à falência, ao desemprego e ao encerramento das empresas...
Isto, é o pior que pode acontecer para desmotivar e criar alta de preços, inflação e perca quase completa do poder de compra e arruinamento do próprio mecanismo comercial, cujas despesas fixas e impostos são, em descompensação plena, em negativo crescente extra prejudicial...

Rodgers de Sebastian
Grande mente...

Kintumba João
Está a falar à toa

Salu Maria
Gatunos

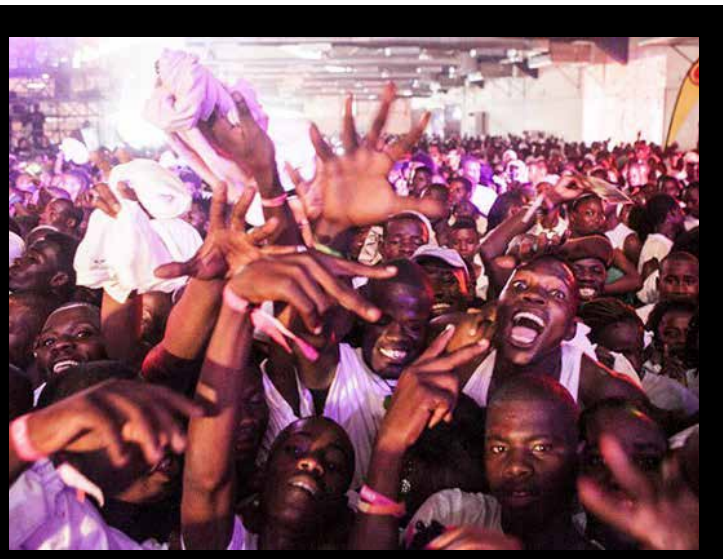
Carlos Bradshaw Alves
Enquanto esses vagabundos verem a política como profissão de Fé, esse País não vai a lado nenhum!
Políticos mal dotados, comem na mão uns do outros, sobre o comando de forças, cuja cabeça está algures e os tentáculos cá dentro.
Esse povo não acorda, está anestesiado, sem condições para coisa alguma, a fome e a falta de saúde é algo que habita em todos os lares!
Independência da treta, que favorece meia dúzia de caras polidas e barriga grande! É triste o que vê em Angola!
Os colonos já não estão em Angola, como virar essa página!
Não vira, porque infelizmente temos um povo abandonado à sorte, sobre a lei duma democracia de Faz De Conta...

Fernandes Da Cunha Cunha
Tio, vão te banir!

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm

Covid-19



ACTUALIZAÇÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE

Governo dá luz verde ao espectáculos

O Governo autoriza, a partir desta segunda-feira, a realização de espectáculos musicais até às 22 horas, mas com ocupação de até 50% da capacidade do espaço.

A medida consta do novo decreto sobre a actualização do Estado de Calamidade, que entra em vigor a partir das 00h:00 de 11 deste mês e vai até 9 de Fevereiro.

A aprovação dos espectáculos é uma das novidades deste decreto, mas devem ser "não dançantes", avisa o Governo. Os participantes devem permanecer sentados e com um distanciamento mínimo de dois metros e usar a máscara.

Os museus, teatros, monumentos e similares, bem como as bibliotecas e mediatecas mantêm-se em funcionamento, sendo obrigatório o uso de máscara facial e o respeito pelas regras de biossegurança e de distancia¬mento físico, não devendo exceder os 50% da sua capacidade.

É ainda permitida a realização de feiras de cultura e arte, bem como de exposições de moda ou similares, em espaços públicos ou privados, sendo obrigatório o uso de máscara e a observância das regras de biossegurança e de distanciamento físico, não devendo exceder 50% da capacidade local.

Os cinemas continuam a ser permitidos também até às 21h00, mas com a obrigação de se usar máscara e de se manter o distanciamento físico. A ocupação não deve exceder os 50%.

ACTUALIZAÇÃO

Comércio com horárioe número de funcionários alargados

O comércio de bens e serviços terá o horário alargado para mais uma hora, podendo funcionar das 7 às 22:00, a partir desta segunda-feira.

A força de trabalho nestes estabelecimentos sofre também alterações, é alargado até 100%, salvo se não for possível garantir distanciamento de dois metros entre os trabalhadores. Para estes casos, o limite não deve exceder os 50%.

A presença de clientes também pode ser alargada para 100%, salvo se não for possível garantir distanciamento de dois metros. Para estes casos, o limite não deve exceder os 50%.

A violação destas medidas é sancionada com multas que variam entre os 250 mil e os 400 mil kwanzas.

Os restaurantes e similares mantêm-se a funcionar no horário das 6 às 21:00. A ocupação nesses estabelecimentos não deve exceder metade da capacidade. São permitidos apenas quatro clientes por cada mesa.

Os serviços de 'take-away' e de entregas ao domicílio também mantêm o horário das 6 às 22h, todos os dias.

COM PAÍSES ALIADOS

Londres angaria dinheiro para vacinas de 92 países pobres

O Reino Unido angariou, com aliados, cerca de 1.4 mil milhões de euros para ajudar 92 países em desenvolvimento a ter acesso a vacinas contra a covid-19, anunciou o governo britânico.

Londres terá conseguido junto de vários países aliados – particularmente Canadá, Alemanha e Japão – cerca de 800 milhões de euros, a que se somam cerca de 600 milhões de euros dos cofres britânicos, para um projecto que promete "distribuir este ano mil milhões de doses de vacinas contra a covid-19 em 92 países em desenvolvimento", segundo um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido.

"Só estaremos protegidos desse vírus quando estivermos todos seguros – é por isso é que estamos a concentrar-nos numa solução global para um problema global", disse o chefe da diplomacia britânica, Dominic Raab, durante uma visita virtual do secretário-geral da ONU, António Guterres, ao Reino Unido, no âmbito da comemoração dos 75 anos da primeira Assembleia-Geral da organização, realizada em Londres.

"É natural que, por ocasião do 75.º aniversário das Nações Unidas, o Reino Unido tenha tomado a iniciativa, com os aliados, de disponibilizar mil milhões de doses da vacina contra o novo coronavírus aos países em desenvolvimento", explicou Raab.

No discurso, António Guterres disse que o mundo se encontra "numa época semelhante a 1945", referindo-se à Segunda Guerra Mundial, embora desta vez o inimigo seja um "vírus microscópico".

"A pandemia revelou as profundas fragilidades do nosso mundo", acrescentou Guterres.

ATÉ 28 DE FEVEREIRO

Governo prorroga documentos de permanência de estrangeiros

O Governo validou, até 28 de Fevereiro, os documentos relativos à permanência de estrangeiros em território nacional caducados a partir de 28 de Fevereiro de 2020. Trata-se de documentos de autorização de residência, cartão de refugiado, vistos de Investidor, de Trabalho, de Permanência Temporária e de Estudo.

A decisão vem expressa no Decreto Executivo do Ministério do Interior (Minint).

Os estrangeiros que entraram no país com vistos de curta estadia, nomeadamente vistos de turismo, de curta duração e de fronteira, caducados a partir de 28 de Fevereiro de 2020, cujos titulares ainda se encontram em Angola, por força do encerramento dos postos de fronteira, consideram-se também prorrogados até 28 de Fevereiro de 2021.

11 **DE JANEIRO DE 2020**, data em que a China confirmava a primeira morte causada por um vírus desconhecido. A primeira vítima da Pandemia foi um homem de 61 anos residente em Wuhan.

QUEBRAS NA FACTURAÇÃO

Lay-off em Cabo-Verde até 31 de Março

O novo período de 'lay-off' em Cabo Verde vai vigorar até 31 de Março, reduzindo a comparticipação das empresas no pagamento dos trabalhadores e condicionando a atribuição a quebras de 70% na facturação. De acordo com a nova legislação que regula a medida, de 8 de Janeiro, a que a Lusa teve hoje acesso, este quarto período de regime simplificado de suspensão do contrato de trabalho – o terceiro terminou em 31 de Dezembro – mantém o pagamento de 70% do salário bruto aos trabalhadores, mas diminui o encargo das empresas de 35% para 25% desse total.

Além disso, lê-se, a medida "aplica-se às entidades empregadoras de natureza privada e aos trabalhadores, do sector do turismo, eventos e actividades conexas, visando a manutenção de postos de trabalho e a mitigação de situações de crise empresarial", devido à pandemia de covid-19.

Com esta medida governamental, o pagamento foi garantido desde Abril até 31 de Dezembro em partes iguais (35% do rendimento) pela entidade empregadora e pelo Estado, através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), instituição que gere as pensões e contribuições dos trabalhadores.

"A responsabilidade do pagamento do benefício compete às entidades empregadoras e à entidade gestora do sistema de Previdência Social, na proporção de 25% e 45%, respectivamente", lê-se na alteração à legislação que agora entrou em vigor, como medida "excepcional e temporária de protecção dos postos de trabalho".

Com esta alteração, que terá efeitos a 1 de Janeiro, a entidade empregadora pode suspender o contrato de trabalho "de todos ou alguns trabalhadores", com "fundamento em dificuldades conjunturais de mercado ou motivos económicos derivados da situação epidemiológica provocada pela covid-19", mas "desde que tenha tido uma quebra abrupta e acentuada de pelo menos 70% da sua facturação".

AUTORIDADES EXIGEM TESTES PCR NEGATIVOS

Sul-africanos queixam-se de regras na fronteira com Moçambique

As autoridades moçambicanas passaram a recusar a entrada a motoristas com testes de antígeno à covid-19 válidos, insistindo agora também em testes PCR negativos até 72 horas como na África do Sul.

"Os viajantes com um teste PCR negativo válido com menos de 72 horas podem fazer a travessia sem dificuldade, o problema surgiu quando as autoridades de Saúde na África do Sul se recusaram a aceitar testes de anti-génio negativos de Moçambique e isso foi alargado aos camionistas", explicou à Lusa Mike Fitzmaurice, presidente da Federação das Associação de Transportes Rodoviários da África Austral e Oriental, (Fesarta, sigla em inglês).

"Isso resultou numa reacção de Moçambique, que agora não aceita [a entrada de] motoristas da África do Sul que tinham testes de antígeno válidos negativos por 30 dias, e insistem agora em testes PCR negativos válidos até 72 horas", explicou. O dirigente sul-africano adiantou que "muitos desses motoristas que tinham testes de antígeno sul-africanos válidos já se encontravam à espera na fila de sete quilómetros no lado sul-africano e que agora devem ser novamente testados por meio de um teste PCR, em Komatipoort, tendo de esperar mais 24 a 48 horas pelos resultados do teste antes de poderem entrar em Moçambique", frisou Mike Fitzmaurice.

De acordo com o dirigente dos transitários da África Austral e Oriental, as regras de covid-19 introduzidas pelas autoridades da Saúde da África do Sul, que exige a apresentação de um teste PCR à covid-19 negativo válido até 72 horas antes da entrada no país, ou a realização de um teste de antígeno por 170 rands (9 euros) na fronteira, é uma das principais razões pelo actual 'congestionamento' na principal fronteira entre os dois países.

EM PASSAGEIROS DO BRASIL

Japão detecta nova estirpe do vírus

As autoridades sanitárias do Japão detectaram uma nova estirpe do vírus que provoca a covid-19 distinta das identificadas no Reino Unido e África do Sul, em passageiros provenientes do Brasil.

Segundo o Ministério da Saúde do Japão e o Centro Nacional de Doenças Infecciosas nipónico (NIID, na sigla original), os doentes infectados, um homem na faixa dos 40 anos, uma mulher de cerca de 30 e dois adolescentes, tiveram resultado positivo nos testes de covid-19 realizados à chegada ao aeroporto internacional de Tóquio, a 2 de Janeiro, num voo proveniente do Brasil.

Três manifestaram sintomas da doença, como dificuldades respiratórias, febre e dores de garganta, durante a quarentena obrigatória para viajantes que chegam ao Japão.

Apesar de a variante detectada "ter semelhanças com as estirpes" identificadas recentemente no Reino Unido e na África do Sul, "que são motivo de preocupação por serem mais contagiosas", o tipo de vírus em causa não parece ter sido identificado antes, explicou o NIID em comunicado.

O Ministério da Saúde nipónico já informou as autoridades do Brasil e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em comunicado, as autoridades brasileiras precisaram que, "segundo informações fornecidas ao Ministério da Saúde brasileiro pelas autoridades sanitárias japonesas, a nova variante possui 12 mutações, sendo que uma delas é a mesma encontrada em variantes já identificadas no Reino Unido e na África do Sul, o que implica um maior potencial de transmissão do vírus".

Na nota, o Ministério da Saúde do Brasil informou ainda que os quatro passageiros chegaram ao Japão "após uma temporada no Amazonas".

Marcas & Estilos

A natureza ao pé de si

A Self Planter leva a si um pedaço de vida vegetal. As raízes são expostas e cercadas com água conforme necessário. A pegada fina economiza espaço, as plantas e ervas cabem nos peitoris das janelas ou atrás do lavatório da cozinha. Encha o reservatório de água, observe sempre a quantidade que resta. Não se preocupe com as regas diárias e excessivas.

Complementa o seu estilo

Este relógio Premium da Royal Chrono é cuidadosamente trabalhado com a exótica madeira de zebra e combina com um fecho borboleta feito no mesmo material fino. Todos os materiais naturais, projectados em torno de um movimento de quartzo japonês de alta qualidade, garantem um relógio único para complementar o seu estilo.

AUTOMÓVEL

Um respeito que se exige

É sabido que a Lamborghini produz alguns dos mais potentes e eficazes veículos do mercado, mas nada que entusiasme os técnicos da Zyrus Engineering, transformador baseado na Noruega.

O Huracán é uma máquina infernal que na sua versão mais potente, a STO, extrai 640 cavalos do motor 5.2 V10 às 8000 rpm, um regime respeitável para uma unidade com estas dimensões. Depois de visitar a Zyrus, o V10 ganha dois turbocompressores, um por banco de cilindros, o que permite quase duplicar a potência, elevando-a para uns impressionantes 1200 cavalos.

AGENDA

LUANDA

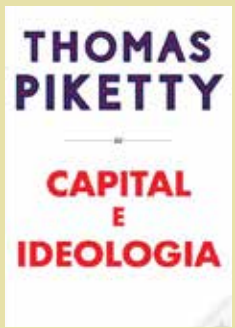
ATÉ 31 DE JANEIRO
Exposição 'Percurso da Pintura Angolana - Visita ao Acervo do Camões' com 19 artistas angolanos. A mostra pode ser visitada entre as 09h00 e as 12h00 e entre as 13h00 e as 15h00. Visitas limitadas.

17 DE JANEIRO
Eduardo Paim apresenta-se na primeira edição de 2021 do Caldo Link Space Kilamba, pelas 9 horas, no local com o mesmo nome.

22 DE JANEIRO
Show 'Stand Up Comedy' do humorista Gilmário Vemba, no Link Space Kilamba, às 19h30.

27 DE MARÇO
O grupo teatral Harmonia apresenta a peça infantil 'A Cidade do Sol', no Belas Shopping e no Cinemax. Com quatro sessões disponíveis: 09h30, 10h35, 11h40 e 12h45. Bilhete a 3.500 kwanzas.

LIVROS



PARTINDO DE DADOS COMPARATIVOS com uma dimensão e uma profundidade inéditas, este livro segue, numa perspectiva simultaneamente económica, social, intelectual e política, a história e o dever dos regimes desigualitários.

DOS AUTORES DO BESTSELLER internacional Porque Falham as Nações, uma nova obra crucial que responde à pergunta «porque floresce a liberdade em alguns Estados mas é presa do autoritarismo e da anarquia noutros?» e que nos explica como podemos preservar a liberdade, apesar das novas ameaças que pesam sobre ela.

TURISMO

De capital a centro do turismo

Esta pequena cidade portuária, pitoresca e pacata, já foi a capital da Tunísia. Mahdia é um dos lugares mais tranquilos. A costa é a parte moderna, e não tem nada que ver com o centro histórico, que está bem preservado, com belas praças e esplanadas.

Como em muitas cidades árabes, a Medina de Mahdia é um caos alegre entre os souks (mercados) coloridos, com as diversas lojas de alfaiates, padeiros, ervanários, ourives e ferreiros.

Mahdia não tem uma grande quantidade de restaurantes que sirvam cozinha regional. A pequena cidade tem várias opções de hospedagem. Uma delas é luxuoso Iberostar Royal El Mansour localizado próximo da praia.

Educação & Tecnologia

PARA GARANTIR MAIOR COMPETITIVIDADE ENTRE OS FORMANDOS

França financia reabilitação de institutos agrários

FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL.. De entre os vários cursos, os Institutos Médios Agrários leccionam Mecanização Agrícola, Produção Animal, Produção Vegetal e Recursos Florestais.

A Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD) prevê reabilitar, ainda este ano, dez Institutos Médios Agrários (IMA) em Angola, após a conclusão de um estudo de viabilidade iniciado em Dezembro.

O projecto visa suprir algumas debilidades na formação dos técnicos médios agrários formados nestas instituições, uma vez que muitos têm dificuldades em ingressar na faculdade, competir no mercado de trabalho, empreender no ramo ou desenvolver uma actividade de extensão rural.

De acordo com a consultora da AFD, Celinda Rodrigues, a iniciativa francesa enquadra-se no projecto de Apoio aos Institutos Técnicos Agrários (ITA) de Angola, que antecedeu ao levantamento minucioso do estado de funcionamento dessas instituições no país.

A avaliação arrancou no Kuando-Kubango, no Instituto Médio Agrário de Missombo, e já abrangeu os IMA de Dango (Huambo), Kapangambe (Namibe), Tchivinguiro (Huila), Bimbas (Benguela), Waco Kungo (Kwanza-Sul), Negage (Uíge) e Camuaxi (Kwanza-Norte).

Para aferir as dificuldades no funcionamento das instituições, a delegação da Agência Francesa para o Desenvolvimento já se reuniu com responsáveis dos governos provinciais, com as direcções da Agricultura e Educação, assim como com docentes e estudantes, para que o projecto seja elaborado de acordo com as necessidades de cada instituto.

De uma forma geral, segundo a consultora, os problemas são os mesmos, como a degradação das infra-estruturas, problemas no quadro docente ligados à competências, falta de laboratórios e de aulas práticas, assim como a precariedade na acomodação dos estudantes internos, dificuldades no saneamento e alimentação.

De entre os vários cursos, os Institutos Médios Agrários leccionam Mecanização Agrícola, Produção Animal, Produção Vegetal e Recursos Florestais.

CANDIDATURAS A BOLSAS DE MÉRITO

Inscrições decorrem até 31 de Março

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (Mescti) procede, até 31 de Março, às inscrições de candidaturas para bolsas de estudos de mérito, no âmbito de programa de envio anual de 300 licenciados e mestres angolanos com elevado desempenho e mérito académico.

O processo, que teve início esta segunda-feira (11 de Janeiro), arrancou, numa primeira fase, com a entrega da documentação por parte dos candidatos, e finaliza, a 15 de Junho, com a publicação dos resultados dos candidatos apurados.

Para 2021, as bolsas disponíveis serão para especialidades médicas, mestrado e doutoramento.

As candidaturas devem ser feitas, exclusivamente, no site www.inagbeangola.com.

Para o mestrado, os candidatos devem ter até 30 anos de idade, ao passo que, para o doutoramento, 35 anos.

A selecção, a decorrer em Angola, será assegurado por um júri nacional, e vai ser constituído por sete fases consecutivas e eliminatórias, nomeadamente: candidatura, análise documental, testes de conhecimento, entrevista centrada nas competências, entrevista final, exames médicos e selecção pela universidade estrangeira.

Os candidatos já admitidos ou a frequentar pós-graduação em instituições no estrangeiro com convénio estão isentos dos referidos testes, entrevistas ou exames médicos.

NÚMEROS DA SEMANA

7.500

Auxiliares escolares de limpeza que o Governo pretende admitir nas 18 províncias através de um concurso de ingresso excepcional.

87.777

Aumento, em tonelada, que o Porto de Luanda registou, em Novembro do ano passado, em relação ao período homologo de 2019.

7,7

Mil ajuste no nível de produção de petróleo de barris por dia acordado entre a OPEP e os seus parceiros para Fevereiro e Março.

300

Infracções laborais que foram registadas na Lunda-Sul pela Inspecção Geral do Trabalho ano passado.

CRÉDITO AMPLIADO

FMI desembolsa mais 487,5 milhões USD

O Conselho Executivo do FMI aprovou, esta segunda-feira, o desembolso de cerca 487,5 milhões de dólares para Angola, no quadro de um contrato de três anos de cerca de 3,7 mil milhões de dólares, aprovado a 7 de dezembro de 2018.

Com esse novo desembolso, o FMI eleva para quase 3 mil milhões de dólares o montante já concedido a Angola, no âmbito do Mecanismo de Crédito Ampliado (MEDC). Segundo a instituição, o plano "visa restaurar a viabilidade externa e fiscal, melhorar a governança e diversificar a economia para promover o crescimento económico sustentável impulsionado pelo setor privado". O FMI nota que o choque económico provocado pela pandemia de Covid-19 "continua a ter um impacto negativo na economia e na população angolanas". "A produção e os preços do petróleo continuam baixos e os efeitos sociais e de saúde da pandemia continuam a ser sentidos", observa.

Na sequência de uma quarta avaliação da economia angolana, no âmbito do programa trienal, o FMI nota que, apesar deste contexto difícil, "as autoridades (...) continuam firmemente empenhadas no programa", tendo estas alcançado um "ajuste fiscal prudente em 2020, que incluiu ganhos em receitas não petrolíferas e contenção de gastos não essenciais, preservando ao mesmo tempo os gastos essenciais com redes de saúde e segurança social".

SEBASTIÃO LAVRADOR (5%) E LUÍS CORTEZ DOS SANTOS (5%)

Roger Tamraz acerta com mais dois accionstas do Eurobic

Empresário egípcio só deve concretizar o negócio se ficar com posição maioritária.

O investidor egípcio Roger Tamraz informou esta semana que chegou a acordo com mais dois dos accionistas do Eurobic para a compra das respectivas participações, elevando para 52,5% a parcela verbalmente contratada.

"Conseguimos chegar a acordo com Sebastião Lavrador (5%) e com Luís Cortez dos Santos (5%), o que nos dá 52,5% do EuroBic", respondeu o investidor a um jornal português.

Antes, concretamente em Outubro, Roger Tamraz terá chegado a acordo com Isabel dos Santos que detém 42,5% da instituição bancária.

Desde a primeira hora, Roger Tamraz deu conta que apenas concretizaria o negócio se conseguisse acordo com os outros accionistas no sentido de ter posição maioritária no banco.

Em Outubro, Fernando Teles, detentor de 37,5% da instituição, revelou ao VALOR que também foi contactado por Roger Tamaraz, acrescentando, entretanto, que mais 12 investidores estavam interessados na compra do banco. "Temos cerca de 12 candidatos à compra do Eurobic, vamos abrir um processo mais global em que vamos contactar todas os candidatos, incluído este e vamos selecionar dois ou três e, a partir deste momento, vamos negociar. Temos um grupo, formado pelos nossos advogados para tratar das propostas", explicou na ocasião.

O banqueiro referiu, na altura, que esperavam por "uma proposta que, para além de ser boa para os accionistas" também fosse "boa para o Banco de Portugal e o Banco Central Europeu".